

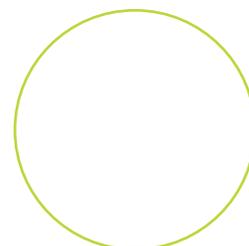
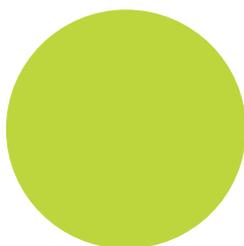
**RELATÓRIO
E CONTAS,** 





ÍNDICE

Órgãos Sociais e Accionistas	5
Mensagem do Presidente	5
Relatório do Conselho de Administração	9
Demonstrações Financeiras	31
Anexo às Demonstrações Financeiras	37
Certificação Legal de Contas	85
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	85





COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

MENSAGEM DO PRESIDENTE



Composição
dos Órgãos Sociais

Mensagem
do Presidente

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE

João Miguel dos Santos Leandro

VOGAL

Jorge Monreal Fontes



PRESIDENTE

João Miguel dos Santos Leandro



VOGAL

Jorge Monreal Fontes

ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE

Jean Marie Yves Chariou

SECRETÁRIO

Maria Alexandra de Almeida Bessone Cardoso

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE

David Jean Marie Drapeau

VOGAIS

Cláudia Edith Azerad

António José Marques Centúrio Monzelo



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

Amir Hossein Djourabtchi

VOGAIS

João Miguel dos Santos Leandro

Jorge Monreal Fontes

Guiral Marie Pierre de Raffin de la Raffinie

Alexandre Xavier Deshoux

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

PricewaterhouseCoopers & Associados

- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.,
representada pelo Dr. José Manuel Henriques Bernardo

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Após o ano depressivo de 2009, 2010 ficou marcado por uma recuperação económica mais rápida do que esperado na economia mundial, que terá crescido cerca de 4.2%. A União Europeia beneficiou desta recuperação, mas de forma divergente entre os seus membros: países fortemente exportadores, maioritariamente da Europa do norte e central, tiveram uma recuperação expressiva nas suas economias. Por outro lado, as economias do sul da Europa, nomeadamente Grécia, Portugal e Espanha, a quem se juntou a Irlanda, continuaram com graves dificuldades, que culminaram com pacotes de ajuda da União Europeia e Fundo Monetário Internacional à Grécia, Irlanda e Portugal.

Apesar do mau ambiente económico e das medidas restritivas adoptadas durante o ano, o consumo privado em Portugal em 2010 recuperou face ao ano anterior, com um crescimento esperado de 2%. Este crescimento acabou por se reflectir numa recuperação do mercado de crédito ao consumo, particularmente no segmento automóvel.

Por outro lado, derivado de situações diversas, houve uma grande concentração no mercado nos maiores actores do crédito ao consumo, o que permitiu ao Banco Credibom – com o apoio do seu accionista Crédit Agricole - melhorar a sua posição:

- No mercado Automóvel, assegurando um crescimento significativo no financiamento de veículos novos e usados;
- No mercado Lar, mantendo o seu nível de produção num mercado em queda;
- No mercado de Crédito Pessoal, reformulando a sua oferta e recuperando quota de mercado.
- Simultaneamente, o Credibom completou uma reestruturação interna, tendo re-organizado um grande número de departamentos, adoptando uma estrutura mais ligeira com maior eficácia organizacional.

O ano de 2011 anuncia-se muito difícil para a economia Portuguesa, sendo quase certa uma queda do PIB e do consumo privado. Neste ambiente depressivo, o Banco Credibom, suportado no profissionalismo dos seus colaboradores e com o apoio do seu accionista, manterá o seu empenho, disponibilidade e determinação no desenvolvimento responsável da sua actividade nos vários segmentos do crédito ao consumo. Desta forma, o Banco Credibom assume o compromisso de contribuir para a recuperação da economia portuguesa.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

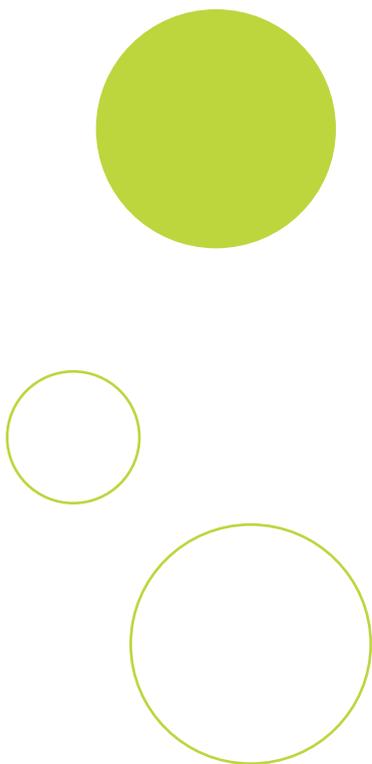




RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO



Senhores Accionistas,

De acordo com o disposto na Lei e nos Estatutos do Banco Credibom, S.A., vem o Conselho de Administração apresentar o seu Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras incluindo o correspondente Anexo, bem como a Proposta de Aplicação dos Resultados referentes ao Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

Internacional

Fonte: Banco Central Europeu, *Eurostat* e Banco de Portugal

Embora a recuperação da economia global tenha prosseguido de forma mais moderada durante a maior parte do segundo semestre comparativamente ao crescimento contínuo do primeiro semestre de 2010, o crescimento global acabou por surpreender positivamente estimando-se em cerca de 5% (FMI). Para tal contribuiu a manutenção das políticas económicas de suporte ao crescimento nos maiores blocos económicos mundiais e a persistência de um dinamismo muito significativo nas economias emergentes.

Nas economias avançadas, apesar das taxas de inflação terem aumentado ligeiramente nos últimos meses, as pressões inflacionistas permanecem bastante moderadas, no entanto, pressões inflacionistas mais fortes mantêm-se em algumas economias emergentes.

Nos países da OCDE, a inflação global homóloga aumentou para 2,1% em Dezembro para o qual contribuíram os preços mais elevados dos produtos alimentares e energéticos.

Os preços do petróleo aumentaram de forma constante ao longo dos últimos três meses de 2010. O preço do petróleo bruto Brent situou-se em USD 94,75 por barril em 31 de Dezembro, cerca de 20% acima do valor registado no início do ano. Numa perspectiva futura, a maior parte dos analistas ainda espera uma subida dos preços do petróleo a médio prazo.

Nos Estados Unidos, no quarto trimestre de 2010 assistiu-se a um crescimento do ritmo da recuperação económica com o crescimento do PIB real a situar-se nos 3,2% em termos anualizados, 0,6% acima do terceiro trimestre, apoiado por um forte crescimento das exportações. A despesa de consumo também aumentou. No entanto, o crescimento da produção industrial permaneceu fraco nos últimos meses do ano. Em termos de volume o nível do PIB no quarto trimestre, ultrapassou



pela primeira vez, o pico de pré-recessão atingido no quarto trimestre de 2007. Olhando para o futuro, a recuperação deverá permanecer moderada a médio prazo.

A inflação anual medida pelo IPC acelerou para 1,5% em Dezembro, excedendo pela primeira vez, a escala apertada de 1,1% e 1,2% registada desde Junho de 2010. O aumento dos preços ao consumidor reflecte essencialmente o impacto dos custos energéticos mais elevados. Excluindo produtos alimentares e energéticos a inflação homóloga manteve-se inalterada, em Dezembro, situando-se em 0,8%, com uma média de 1% em 2010 face a 1,7% em 2009.

Até ao final do segundo trimestre de 2011 a Reserva Federal pretende comprar USD 600 mil milhões de títulos da dívida de longo prazo e ajustará o programa de modo a potenciar ao máximo o emprego e a estabilidade dos preços. A Reserva Federal decidiu também manter inalterado o objectivo de manutenção da taxa *fed funds* num intervalo entre 0% e 0,25% e continua a prever manter os níveis de taxas excepcionalmente baixos justificados pelas fracas condições económicas.

A taxa de desemprego nos EUA diminuiu ligeiramente no início de 2010 mas mais tarde vacilou para níveis mais elevados quando os governos estaduais e municipais decidiram despedir trabalhadores, no entanto no final de Dezembro a taxa de desemprego situou-se nos 9,4%, a mais baixa desde o início de 2010. Todas as projecções indicam que levará mais do que alguns anos até que a taxa de desemprego nos Estados Unidos volte aos níveis anteriores aos da crise.

Na China, a actual segunda maior economia mundial, a procura externa manteve-se forte. Em 2010 o crescimento do PIB foi de 10,3%, um aumento na taxa de crescimento de 1,1% em relação a 2009, o que sugere uma boa resistência económica às políticas restritivas implementadas. O investimento continuou a ser a principal fonte de crescimento do PIB no quarto trimestre de 2010, enquanto a contribuição do consumo para o crescimento do PIB caiu e encontra-se agora abaixo da média histórica de longo prazo. O contributo das exportações líquidas para o crescimento manteve-se positivo no último trimestre de 2010 devido à forte procura externa. A inflação aumentou atingindo os 3,3%, devido essencialmente ao aumento dos preços dos produtos alimentares.

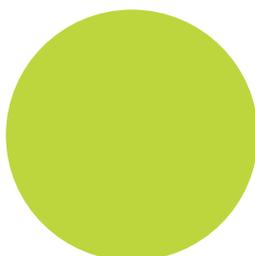
No Japão e apesar do crescimento do PIB ter aumentado no terceiro trimestre de 2010, as previsões mais recentes apontam para um enfraquecimento da actividade económica no quarto trimestre. Começaram a surgir alguns sinais de retoma de crescimento nos sectores orientados para a exportação, com o aumento das exportações em Novembro e Dezembro e a produção industrial aumentou em Novembro pela primeira vez nos últimos seis meses. Prevê-se uma aceleração moderada da actividade económica no primeiro trimestre de 2011, apoiada pelo crescimento contínuo das economias emergentes da Ásia, no entanto o consumo privado deverá manter-se moderado na ausência de mais planos fiscais de estímulo. A inflação anual medida pelo IPC foi de 0% em Dezembro depois de ter crescido por dois meses consecutivos.

Zona Euro

Fonte: Banco Central Europeu, *Eurostat* e Banco de Portugal

Desde meados de 2009 a actividade económica da Zona Euro tem registado uma expansão. Em 2010, após um crescimento forte no segundo trimestre, o PIB real da Zona Euro teve um crescimento numa base trimestral de 0,4% no terceiro trimestre e o *Eurostat* estima um crescimento de 0,3% para o último trimestre do ano, mais 2,0% em relação ao quarto trimestre de 2009. Em termos médios anuais, em 2010 a economia da Zona Euro cresceu 1,7%, o que compara com uma contracção de 4,0% em 2009. A economia da Zona Euro deverá continuar a beneficiar da actual recuperação a nível mundial com impacto nas exportações, ao mesmo tempo que a procura interna no sector privado deverá contribuir cada vez mais para o seu crescimento, apoiada pela orientação flexível da política monetária e pelas medidas adoptadas de estímulo à economia com o fim de melhorar o funcionamento do sistema financeiro.

Embora a actividade económica tenha começado a recuperar na segunda metade do ano de 2009, o consumo privado manteve-se moderado em 2010, principalmente devido ao impacto da evolução do mercado de trabalho sobre o rendimento e poupanças das famílias. A forte queda da riqueza financeira, a contracção dos preços do imobiliário residencial, as medidas restritivas na concessão de crédito ao consumo e por último a incerteza em torno da situação económica e das perspectivas do emprego, foram factores adicionais subjacentes ao crescimento moderado do consumo. No quarto trimestre de



2010, o consumo privado registou um aumento de 0,1%, em termos trimestrais, um pouco inferior ao crescimento verificado nos três trimestres anteriores.

O volume do comércio a retalho em Dezembro de 2010 diminuiu 0,9% comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, no entanto o valor médio do comércio a retalho em comparação com 2009 aumentou 1,7%. O indicador de confiança dos consumidores diminuiu fortemente até ao início de 2009 contribuindo para um aumento da poupança, porém a confiança dos consumidores tem aumentado desde então atingindo no final de 2010 um nível ligeiramente acima da sua média de longo prazo.

Na Zona Euro, apesar das melhorias no mercado de trabalho Alemão, a taxa média de desemprego continuou elevada, tendo registado um aumento dos 7,5% de antes da crise para 10% em 2010. De referir que em Espanha a taxa de desemprego praticamente duplicou para 20,1% desde antes da crise e na Irlanda atingiu os 13,5%. Globalmente prevê-se que o desemprego na Europa diminua muito lentamente

As importações e as exportações têm vindo a aumentar desde meados de 2009 em particular as importações e exportações de bens intermédios. No terceiro trimestre de 2010 o comércio externo da Zona Euro continuou a aumentar impulsionado pela recuperação da economia global e por um aumento da actividade económica, porém devido a uma moderação da procura mundial o crescimento não foi tão forte como no primeiro semestre do ano. Em termos acumulados, desde o início do ano 2010, as exportações e as importações de bens na Zona Euro registaram um aumento de 20% e de 22% respectivamente face ao período homólogo.

No conjunto de 2010 o euro depreciou cerca de 8% em termos nominais efectivos. A depreciação global resultou de comportamentos distintos face às principais divisas, entre as quais se destacam depreciações de 19% em relação ao iene e 16% em relação franco suíço e também de 7% em relação ao dólar.

A taxa de inflação média anual na zona euro aumentou de 0,3% em 2009 para 1,6% em 2010 para o qual contribuiu largamente a evolução dos preços dos bens energéticos e em menor escala a aceleração dos produtos alimentares não transformados, no entanto se excluirmos estes dois factores a taxa de inflação média anual em 2010 foi de



1% inferior em 0,3% à verificada em 2009. As taxas de inflação mais elevadas na componente energética foram observadas nas rubricas directamente ligadas aos preços do petróleo.

Em Maio de 2010, depois da estabilidade financeira da Zona Euro ter sido ameaçada pelas dificuldades do governo Grego os países da Zona Euro concordaram em activar em conjunto com o FMI um programa de apoio financeiro de três anos à Grécia. No entanto nos mercados financeiros as tensões continuaram a aumentar e os Estados-Membros da UE concordaram então em estabelecer dois novos acordos de estabilidade a fim de prestar apoio financeiro aos países da UE e da área do euro com graves problemas económicos e financeiros. Mais tarde foi decidido prestar apoio financeiro à Irlanda após o pedido apresentado pelas autoridades Irlandesas.

Economia Portuguesa

Fontes: Banco de Portugal, Instituto Nacional de Estatística

Introdução

A economia portuguesa fechou o ano 2010 a crescer 1,4%, acima das principais previsões nacionais e internacionais. Este crescimento foi impulsionado pelo sector exportador, mas também foi afectado pelos aumentos do IVA que levaram a uma antecipação de compras de bens duradouros. Contudo, depois de ter crescido 1,1% no primeiro trimestre de 2010 a tendência dos trimestres seguintes foi de desaceleração e entre Outubro e Dezembro o PIB registou a primeira contracção do ano, caindo 0,3% em relação ao trimestre anterior, devido, principalmente, à desaceleração das despesas de consumo final das famílias. Apesar do contributo das exportações de bens e serviços ter sido elevada, a antecipação da compra de automóveis no final do ano, devido ao aumento do IVA previsto para Janeiro de 2011, significou um aumento das importações, contribuindo negativamente para a evolução do PIB.

No final do ano o índice bolsista português PSI Geral registou uma desvalorização de 6,2%, depois de no ano anterior ter registado uma valorização de 34%. No final de Dezembro, a taxa de rendibilidade de obrigações do Tesouro com maturidade residual de 10 anos situou-se em 6,68%, um aumento de 262 p.b. quando comparada com a taxa verificada no final do ano 2009.

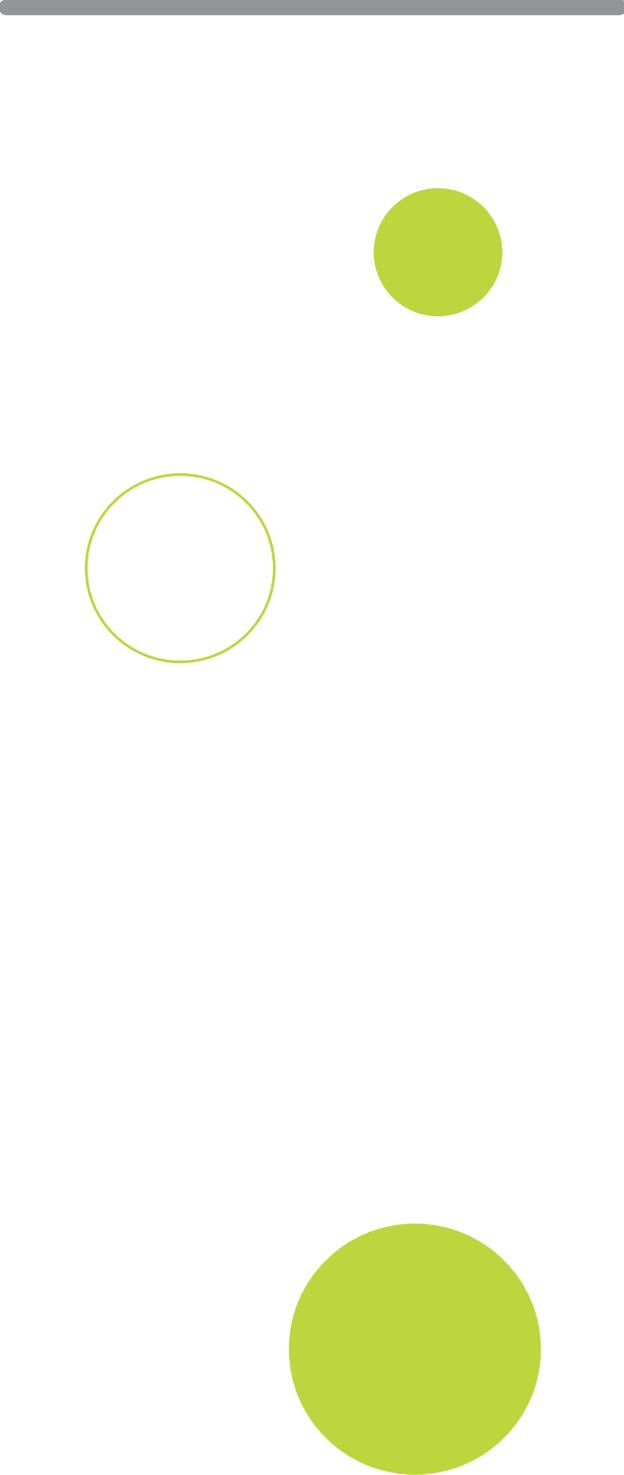
Em termos de finanças públicas e de acordo com a Direcção Geral do Orçamento, até Dezembro a receita fiscal do Estado registou um acréscimo de 5,5% face ao período homólogo de 2009 (acima dos 4,5% considerados no relatório do OE2011), explicada pela variação positiva em 0,8% dos impostos directos e pela variação positiva em 9,2% dos impostos indirectos. A receita dos impostos directos IRS e IRC registou um acréscimo de 0,2% e 1,1% respectivamente e no que respeita à receita dos impostos indirectos são de destacar os aumentos significativos da receita líquida do IVA em 11,7%, do Imposto sobre Veículos em 16,7% e do imposto sobre o tabaco em 25,3%.

A despesa efectiva do Estado apresentou um acréscimo de 3,7% relativamente ao ano anterior devido ao aumento da despesa corrente em 3,4% e da despesa de capital em 6,3% fortemente influenciadas pela regularização das responsabilidades financeiras associadas ao pagamento de dois submarinos. Em 2010, o valor do défice global do Estado estima-se em 14.249 milhões de Euros o que representa um agravamento de 191 milhões de Euros face a 2009. Antecipa-se um valor final de défice orçamental em 2010 de cerca de 6,6%, abaixo dos 7,3% previstos para 2010, no entanto, excluindo algumas medidas extraordinárias como o acréscimo da despesa no montante de 1.001 milhões de Euros correspondente ao pagamento dos submarinos e as receitas de 1.900 milhões de Euros referentes à passagem do fundo de pensões da PT para o perímetro do sector público, o défice situar-se-ia em 7,1%.

Em 2011 os sectores públicos e privado portugueses terão de reembolsar cerca de 80 mil milhões de Euros de dívida, cerca de 50% do PIB nacional. Mais de metade deste montante corresponde à dívida de curto prazo do estado e dos bancos nacionais, ascendendo o financiamento líquido junto do Banco Central Europeu a cerca de 38 milhões de Euros.

Consumo Privado

Nos últimos oito meses de 2010 assistiu-se a uma desaceleração do consumo privado contrariando a tendência ascendente verificada nos primeiros meses do ano. O consumo privado oscilou entre uma subida de 2,9% em Abril e uma contracção de 0,5% em Dezembro, abaixo da média do consumo privado desde Março de 1992. Esta evolução negativa resultou do abrandamento do consumo corrente e não obstante termos verificado, no último mês, um aumento no



consumo duradouro este não foi suficiente para compensar a redução observada no consumo corrente.

O aumento do consumo duradouro em Dezembro deve-se essencialmente ao crescimento das vendas de veículos ligeiros de passageiros que registaram um crescimento de 29,1% em relação ao mesmo período de 2009, explicado pela antecipação das compras por parte dos consumidores devido ao anunciado aumento da taxa do IVA e do Imposto sobre Veículos a partir de Janeiro de 2011 e também devido ao fim do incentivo fiscal ao abate de veículos em fim de vida.

A travar o crescimento do consumo privado em 2011 estão as medidas de austeridade decididas pelo governo entre as quais o aumento dos impostos e a redução dos apoios sociais.

Comércio Externo

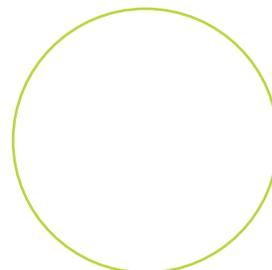
Em termos acumulados, desde o início do ano 2010, as exportações e as importações de bens portuguesas registaram um aumento de 15,7% e 10,5% respectivamente face ao período homólogo. No quarto trimestre de 2010 registou-se uma aceleração das importações e das exportações, particularmente intensa no caso das importações que aumentaram de 5,2% no terceiro trimestre de 2010 para 10,3% no quarto trimestre. Esta evolução foi parcialmente influenciada pela importação de equipamento militar no mês de Dezembro.

Mercado de Trabalho

Segundo o INE a taxa de desemprego no quarto trimestre de 2010 situou-se em 11,1%, valor superior ao observado no período homólogo em 1,0 p.p. De acordo com a mesma fonte a taxa de desemprego média em 2010 fixou-se em 10,8%, superior ao nível de 9,5% registado em 2009, 1,1 p.p acima do nível registado na zona euro. A população desempregada situou-se em 602,6 mil indivíduos, verificando-se um aumento de 14,0% face ao ano anterior. O número de empregados diminuiu 1,5% quando comparado com o ano de 2009.

Inflação

A taxa de inflação, medida pela taxa de variação média anual do IHPC registou uma taxa de variação média de 1,4% em 2010 contra -0,9% em 2009. Esta evolução reflectiu uma aceleração no preço dos bens motivada essencialmente pelo crescimento do preço dos bens energéticos que mais do que compensou uma ligeira desaceleração no preço dos serviços.



Sector Automóvel

Dados da Associação de Comércio Automóvel de Portugal (ACAP) mostram um aumento em 2010 da venda total de veículos ligeiros, para as 269,162 unidades, um aumento de 34,6% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. De salientar o forte crescimento das vendas no mês de Dezembro (53,4% em relação a igual mês do ano anterior) associada a uma antecipação das compras de veículos automóveis motivada pelas alterações fiscais em vigor a partir de Janeiro de 2011.

Analisando o total do ano, o mercado automóvel registou um aumento de 33,9% em relação a 2009.

A produção de automóveis em Portugal cresceu 26% em 2010 com as cinco fábricas de automóveis a operar em Portugal a apresentarem este ano taxas de crescimento homólogas muito significativas.

Do total de veículos produzidos em Portugal, 97,4% destinaram-se ao mercado externo o que vem confirmar o importante contributo do sector da indústria automóvel para as exportações do país.

QUADRO RESUMO DE VENDAS DE VIATURAS NOVAS

Fonte: ACAP

Tipo de Viaturas	Unidades		Variação 09-10		Unidades		Variação 05-10	
	2009	2010	Qte	%	2005	2010	Qte	%
Veículos Ligeiros Passageiros	161.013	223.491	62.478	38,80%	206.488	223.491	17.003	8,23%
Veículos Comerciais Ligeiros	38.906	45.671	6.765	17,39%	66.638	45.671	-20.967	-31,46%
Total de Ligeiros	199.919	269.162	69.243	34,64%	273.126	269.162	-3.964	-1,45%
Outros Veículos	3.796	3.599	-197	-5,19%	5.344	3.599	-1.745	-32,65%
TOTAL	203.715	272.761	69.046	33,89%	278.470	272.761	-5.709	-2,05%

Vendas a Retalho

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

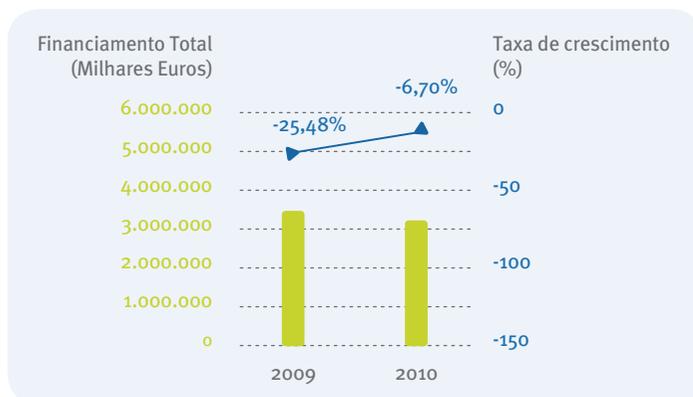
Ao longo de 2010 o volume de negócios no comércio a retalho, a preços constantes e corrigido dos efeitos de calendário e da sazonalidade, registou nos últimos 12 meses do ano uma variação média de -0,4%, tendo registado no mês de Dezembro uma variação homóloga negativa de 0,8%.

Crédito Concedido (excluindo *Dealer Funding*)

Fonte: ASFAC

O volume de crédito concedido no mercado relevante para o Credibom – crédito directo e intermediado concedido por instituições financeiras especializadas no crédito ao consumo – não atingiu os 3.179 milhões de Euros, valor que representa um decréscimo de 6,7% em relação ao ano de 2009.

CRÉDITO CONCEDIDO POR ENTIDADES FINANCEIRAS ESPECIALIZADAS



No segmento Auto verificou-se um crescimento de 2,2% em relação ao ano 2009, no entanto os segmentos Lar e Crédito Pessoal registaram decréscimos de 7,5% e 51,0% respectivamente.

Apenas como nota informativa, no financiamento a fornecedores – *Dealer Funding* – verificou-se um crescimento de 36,4% em relação ao ano anterior.

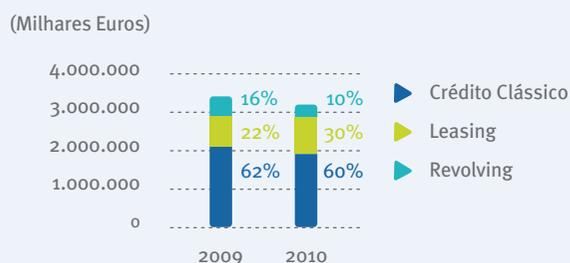
CRÉDITO CONCEDIDO POR SEGMENTO



O financiamento Automóvel continua a representar o segmento com maior peso no total de crédito concedido com cerca de 74% do total de crédito concedido por entidades financeiras especializadas. O Crédito Lar e Serviços representa cerca de 18% e o Crédito Pessoal cerca de 7%.

O Crédito Clássico, que representava 62% do total de financiamentos concedidos no ano de 2009 manteve-se em 2010 praticamente estável nos 60%, o Leasing registou um crescimento de 8% em relação ao ano de 2009 e o *Revolving* decresceu 6%.

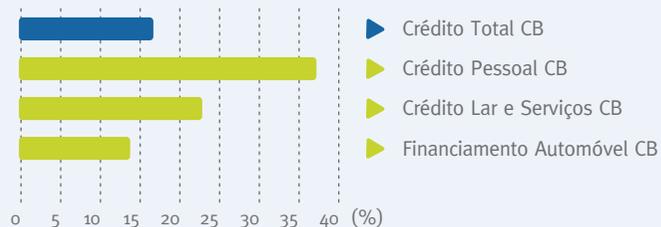
CRÉDITO CONCEDIDO POR PRODUTO



Distribuição do Mercado

(Quotas) 2010

QUOTAS DE MERCADO CREDIBOM NOS SEGMENTOS DE MERCADO



RELEVANTES (EXCLUINDO *DEALER FUNDING*)

A quota de mercado do Banco Credibom no mercado relevante, excluindo *Dealer Funding*, atingiu os 16,4% em 2010, ficando ligeiramente acima dos 15,0% registados no ano de 2009.

ALTERAÇÕES RELEVANTES COM IMPACTO NA ACTIVIDADE

- Obrigatoriedade da revisão trimestral das taxas máximas aplicáveis aos contratos de crédito aos consumidores (Taxas de Usura) em todos os produtos de crédito, de acordo com as instruções trimestrais exigidas pelo Banco de Portugal, associadas ao Decreto-Lei n.º 133/2009.
- Implementação da Lei n.º 12-A/2010 de 30 de Junho que aprova um conjunto de medidas previstas no PEC com impacto na actividade do Banco Credibom de duas formas distintas:
 - Alteração do Código do IVA;
 - Alteração da tabela geral do Imposto de Selo.
- Revisão e alteração dos contratos de financiamento, site Banco Credibom e restantes peças de suporte ao negócio de forma a incorporar as alterações previstas na Lei n.º 12-A/2010.
- Reformulação do preçário geral do Banco Credibom de acordo com a Lei n.º 12-A/2010 em vigor a partir de 1 de Julho de 2010.

Canais de Distribuição e Produtos

A actividade do Banco Credibom é desenvolvida em quatro segmentos principais: financiamento Automóvel, Crédito Lar e Serviços, Crédito Pessoal e *Dealer Funding*. Para os clientes finais, particulares e empresas, os produtos disponíveis são: o Crédito Clássico, o *Leasing*, o *ALD* (aluguer de longa duração) e o *Revolving*. Os nossos parceiros têm disponíveis produtos de apoio à sua actividade comercial e de tesouraria, nomeadamente, o Adiantamento de Fundos, por contratos futuros, o Crédito Stock e a Conta Corrente.

Financiamento Automóvel

O Banco Credibom manteve a estratégia já implementada no ano 2009, de reforço e selectividade de parceiros, sobretudo no segmento dos médios e grandes operadores automóvel, tendo a actividade automóvel atingido, em 2010, uma produção de cerca de 317 milhões de Euros.

No final do ano 2010, o Banco Credibom dispunha de uma rede comercial distribuída por Portugal Continental e Ilhas de cerca de 1.550 pontos de venda de negócio automóvel.

Apesar do contexto adverso que se manteve durante o ano 2010, o Banco Credibom conseguiu consolidar uma segunda posição no ranking global do mercado automóvel e reforçar a sua quota de mercado em 13,1%, ligeiramente acima da posição atingida no ano 2009.

Crédito Lar e Serviços

Após a reorganização da estrutura comercial Lar ocorrida em 2009, o Banco Credibom procedeu em 2010, à consolidação da sua estrutura de recursos humanos através de uma nova distribuição da área geográfica da sua rede composta por mais de 2.000 parceiros, pelos respectivos promotores comerciais.

O lançamento de uma nova linha de imagem em termos de *merchandising*, a participação em eventos, a concessão de patrocínios e a publicidade em revistas da especialidade foram algumas das iniciativas desenvolvidas com o fim aumentar a notoriedade e visibilidade do Banco Credibom no mercado do crédito ao consumo Lar.

A estratégia seguida focalizou a actividade Lar na concessão de crédito a particulares, orientando os esforços comerciais na angariação e fidelização de novos parceiros na área do Retalho e da Grande Distribuição, através da disponibilização de produtos de crédito apelativos e adaptados a ambas as áreas de negócio.

A optimização da plataforma informática (B2B), ocorrida em 2010, permitiu unificar as diversas áreas de negócio, disponibilizando aos nossos parceiros uma ferramenta de decisão de crédito mais rápida, eficaz e segura, com funcionalidades que permitiram ao utilizador, de uma forma simples e prática, o carregamento e a consulta de toda a informação necessária para a gestão do seu negócio na vertente de crédito.

O ano de 2010 foi também um ano de consolidação em termos de Risco de Crédito e Operacional, com uma melhoria significativa em ambas as vertentes, concedendo crédito de uma forma responsável e segura e contribuindo assim para uma melhor qualidade da carteira de clientes e de parceiros.

Crédito Pessoal

A produção do canal de crédito directo a clientes - Circuito Curto – reflectiu em 2010 um decréscimo de 13% face a 2009, no entanto um decréscimo inferior à evolução negativa deste mercado que registou uma contracção de 17% ao longo do ano de 2010.

Embora o ambiente económico vivido em 2010 se tenha caracterizado pelo agravamento de alguns indicadores como o desemprego, é de salientar a performance global desta área de negócio, quer ao nível

dos indicadores de risco de novo negócio os quais se mantiveram baixos, quer ao nível do aumento da quota de mercado. O Crédito Clássico manteve a liderança dos produtos utilizados, com um peso de 41% sobre o total de produção.

O volume de propostas de crédito registou um aumento considerável, na ordem dos 30% face a 2009, em especial nas propostas provenientes do canal Internet com um crescimento de cerca de 70%, e representou cerca de 60% do total de propostas de crédito em 2010.

Em 2010 foi feito um esforço pelas equipas comerciais na comercialização de produtos de seguros de protecção ao crédito, especialmente na cobertura de desemprego que permite uma maior segurança aos clientes na contratação de crédito.

Produção

Novas Propostas

Durante o ano 2010, a internet passou a ser o principal meio de entrada de propostas de crédito no Banco Credibom, com cerca de 54% do total das propostas carregadas em sistema.

O *call-center*, em 2010, ao contrário do observado em anos anteriores, passou a ser a segunda via de entrada de negócio, das quais 60% respeitantes ao negócio Auto.

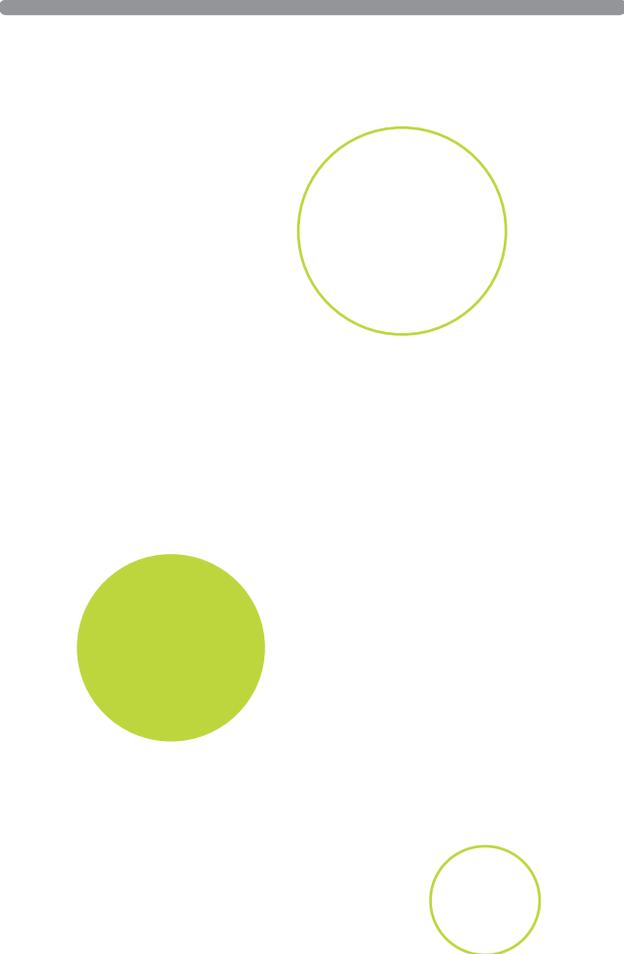
Crédito Concedido

O volume de crédito concedido, em 2010 ascendeu a 546,5 milhões de Euros o que corresponde a um acréscimo de 2,7% face a 2009.

O Crédito Clássico é o produto principal comercializado pela empresa com 84,8% do volume de nova produção, representando o Crédito Automóvel um peso de 56,9% e o Crédito Lar de 27,9%.

A produção total do *Dealer Funding* (concedido a fornecedores) permitiu a angariação de um volume de crédito de 27,6 milhões de Euros, representando 5,1% do volume de produção em 2010.

O produto *Revolving* angariou 45,0 milhões de Euros de crédito concedido, o que corresponde a 8,2% do volume de produção em 2010.



O *Leasing* e *ALD* contribuíram este ano com 10,6 milhões de Euros de crédito concedido, o que corresponde a 1,9% do volume de produção em 2010.

Carteira de Crédito

A carteira de crédito do Banco Credibom, à semelhança dos anos anteriores, é em grande parte suportada pelo produto Crédito Clássico que representa 92,5% da carteira total (1.241,6 milhões de Euros), decompostos em negócio Auto e negócio Lar com 850,1 e 391,5 milhões de Euros respectivamente. Os restantes 7,5% de capital em dívida (100,8 milhões de Euros) dizem respeito a outros produtos financeiros como o *Revolving* com uma carteira de 42,5 milhões de Euros, o *Dealer Funding* com uma carteira de 26,9 milhões de Euros e o *Leasing* e *ALD* com uma carteira de 31,4 milhões de Euros.

Os valores referentes ao acréscimo de proveitos dos juros e o custo de transacção não estão incluídos nesta rubrica, ascendendo ao montante de 29,9 milhões de Euros.

Tecnologias de Informação

O Banco Credibom continuou a sua estratégia de consolidação de processos e aumento do nível de conformidade e maturidade dos seus meios de Tecnologias de Informação durante o ano de 2010. Isto traduziu-se em 2 eixos principais:

- Reorganização da Direcção de Sistemas de Informação e a sua divisão em:
 - Direcção de Desenvolvimento, responsável pelas tecnologias de desenvolvimento aplicacional;
 - Direcção de Sistemas, responsável pelas infra-estruturas tecnológicas e pelos sistemas de informação de gestão.
- Implementação do Projecto ITPR (Information Technology Processes Reengineering), que redefiniu e transpôs para as diferentes Direcções de T.I. os seus processos adaptados nas directivas e processos ITIL, tendo havido uma forte aposta na formação em ITIL Foundation e implementação da ferramenta EasyVista (Staff&Line).

No desenvolver do Projecto ITPR todos os processos das T.I. foram revistos e adaptados para princípios ITIL, documentados, definidos os controlos de risco interno, SLAs e KPIs relevantes para a medição

de desempenho dos vários serviços prestados pelas T.I.. Os controlos foram também mapeados para o COBIT para futura preparação em certificação nesta área.

Todos estes processos foram implementados no dia-a-dia dos colaboradores do Banco Credibom através da ferramenta seleccionada durante este projecto, a aplicação EasyVista da Staff&Line. Esta ferramenta segue os processos e princípios definidos pelo ITIL e tem o reconhecimento do ITIL Institute, Pink Elephant e itSMF. Esta ferramenta implementa o “service desk”, controla o “workflow” dos processos de T.I., permite o acompanhamento pelos utilizadores, mede os S.L.A. definidos para os serviços oferecidos e permite a medição dos KPI escolhidos.

A nível operacional a Direcção de Sistemas e a Direcção de Desenvolvimento continuaram a assegurar a sua missão de desenvolvimento e manutenção operacional dos sistemas, aplicações e infra-estruturas do Banco Credibom assim como a manutenção da operacionalidade do seu Plano de Recuperação do Negócio.

Organização do Banco Credibom

De forma a adaptar a sua nova estrutura organizacional, o Banco Credibom procedeu, ao longo do ano de 2010, a algumas alterações, nomeadamente à criação e extinção de Unidades Orgânicas e à reestruturação orgânica em algumas já existentes.

Foram criadas as seguintes unidades orgânicas:

- **Direcção de Financiamento**, com as atribuições de verificação e gestão documental de propostas e seu financiamento;
- **Direcção de Risco de Parceiros**, com as funções de definição da estratégia de risco dos parceiros comerciais;
- **Direcção de Análise de Crédito**, com as atribuições de análise e aprovação de crédito a clientes;
- **Direcção de Análise de Risco**, com as funções de definição da estratégia de risco associada ao crédito a clientes;
- **Direcção de Controlo Permanente**, com as atribuições de gestão de risco, controlos de processos e assessoria jurídica;
- **Direcção de Recuperação de Activos**, com as funções de recuperação de valores em incumprimento;
- **Direcção de Sistemas**, com as funções de gestão de infra-estruturas

informáticas e informação;

- **Direcção de Desenvolvimento**, com as funções de gestão de desenvolvimentos informáticos;
- **Direcção de Recursos Humanos e Logística**, com as funções de gestão de recursos humanos e infra-estrutura.

Foram extintas as seguintes unidades orgânicas:

- **Direcção de Operações**;
- **Direcção de Aceitação**;
- **Gabinete de Estratégia de Risco e Política de Crédito**;
- **Gabinete de Assessoria Jurídica**;
- **Gabinete de Controlo Permanente**;
- **Direcção de Recuperação de Crédito**;
- **Gabinete de Gestão dos Risco de Aderentes**;
- **Direcção de Marketing**, as actividades inerentes foram distribuídas pelas 3 áreas de negócio;
- **Direcção de Sistemas de Informação**, que deu origem a 2 novas unidades orgânicas, a Direcção de Sistemas e a Direcção de Desenvolvimento;
- **Direcção Comercial de Circuito Curto**;
- **Direcção de Recursos Humanos**.

Reformulação da Direcção de Clientes, com a criação 2 departamentos hierarquicamente inferiores, nomeadamente:

- **Departamento de Apoio a Cliente**, com as funções de gestão de contratos, atendimento e reclamações de clientes;
- **Departamento Comercial de Clientes Directos**, com as funções de comercialização directa de crédito a clientes.

ANÁLISE FINANCEIRA

Activo

O activo líquido do Banco Credibom em finais de 2010 atingia os 1.294 milhões de Euros, valor superior a 2009 em cerca de 2,75%. O volume de crédito concedido a clientes, não considerando juros periodificados e encargos diferidos, atingiu o valor de 1.342,4 milhões de Euros.

Rentabilidade

O resultado líquido decresceu substancialmente face ao valor registado no exercício anterior, registando um prejuízo de 27,6 milhões de Euros.

Alguns custos não recorrentes incorridos pelo Banco Credibom no ano 2010 que contribuíram para o resultado líquido apresentado:

- Depreciação no valor de 26,6 milhões de Euros referente ao *Goodwill* da Credilar. A Credilar foi um negócio adquirido em 2005 ao grupo BCP;
- Projecto Securitização no montante de 1,3 milhões de Euros;
- Despesas com a reestruturação do Banco Credibom, realizada em Junho de 2010, no montante total de 5,5 milhões de Euros.

A rentabilidade dos capitais próprios (ROE), excluindo dívidas subordinadas, foi negativa em 21,50%, inferior a 2009 em cerca de 17,10 p.p..

Risco

O crédito vencido (superior a 90 dias) sobre o total da carteira, registou um aumento de apenas 0,13 p.p. em relação ao ano transacto, reflectindo a continuação da aplicação de instrumentos, políticas de controlo do risco e estratégias de recuperação de crédito mais eficazes.

A cobertura de provisões sobre o crédito vencido, que se cifrava em 2009 em 97,11% verificou em 2010 um acréscimo de cerca de 5,23 p.p., colocando aquela taxa em 102,34% a 31 de Dezembro de 2010. Este nível de cobertura justifica-se pela necessidade de cobrir alguns riscos operacionais.

Variáveis de Gestão e Indicadores	2009	2010	Variacão
Activo Líquido	1.259.403	1.294.041	2,75%
Crédito sobre Clientes (a)	1.124.752	1.180.270	4,94%
Crédito Vencido Superior a 90 dias	146.122	155.036	6,10%
Capital e Reservas	159.553	128.323	-19,57%
Resultado do Exercício	-7.014	-27.586	-293,27%
Tx Crédito Vencido Superior a 90 dias	11,46%	11,58%	0,13 p.p.
Tx Cobertura Provisões/ Crédito Vencido	97,11%	102,34%	5,23 p.p.
ROE	-4,40%	-21,50%	-17,10 p.p.
Cost-to-Income	53,28%	51,60%	-1,68 p.p.
Rácio Solvabilidade	14,83%	14,50%	-0,33 p.p.

(a) Crédito vincendo

Valores em milhares de euros

BALANÇO SOCIAL

Evolução do Quadro de Pessoal

O Banco Credibom fechou o ano de 2010 com um quadro de pessoal composto por 381 colaboradores, o que significou uma redução de 15,71% face a 2009.

A média de idades dos colaboradores do Banco Credibom manteve-se nos 35 anos, situando-se abaixo da média de 49,08% dos colaboradores. As idades oscilam entre os 21 e os 57 anos sendo que 22,31% têm 30 anos ou menos, 34,12% têm entre 31 e 35 anos, 29,13% têm entre 36 e 40 anos e 14,44% têm idades acima dos 40 anos.

A antiguidade média de serviço é actualmente de 6 anos. A distribuição das antiguidades dos colaboradores do Banco Credibom apresenta-se da seguinte forma:

- Até um ano de antiguidade de serviço 13,12% dos colaboradores, menos 5,68% que em 2009;
- Entre 2 e 5 anos de serviço 45,14%;
- Entre 6 e 10 anos de serviço 28,35%;
- Mais de 10 anos de serviço 13,39%, mais 4,32% que no ano 2009.

A distribuição por género apresenta-se bastante equilibrada e sem alterações significativas face ao ano anterior; 54,07 % do sexo masculino e 45,93 % do sexo feminino.

Habilitações Literárias e Formação

Verificou-se um ligeiro acréscimo do número de colaboradores com habilitações literárias equivalentes ou superiores ao 12º ano de escolaridade; 43,31% possui grau académico ao nível da licenciatura ou bacharelato, mais 1,05% que no ano anterior; 52,23% dos colaboradores tem formação ao nível do 12º ano ou equivalente, mais 0,46% que no ano anterior e apenas 4,46% apresenta habilitações literárias inferiores aos 12º ano, menos 1,51% que no ano 2009.

Com o objectivo de continuar a dotar o Banco de recursos mais qualificados e preparados para os novos desafios, foi mantido o enfoque na formação contínua e especializada dos colaboradores, tendo-se registado em 2010 um aumento significativo do número de horas dispendidas com a formação dos colaboradores do Banco Credibom.

A formação ministrada abrangeu várias áreas do Banco Credibom com o objectivo de proporcionar aos colaboradores o desenvolvimento de

competências e aptidões técnicas. Das áreas de formação com maior volume de horas destacam-se as Línguas Estrangeiras, o Desenvolvimento Pessoal e Comunicação, Seguros, Aplicações Office e IT.

Foi assegurada a continuidade das acções de formação no idioma de Inglês cuja abrangência se manteve com vista a proporcionar a melhoria e consolidação de conhecimentos linguísticos neste idioma permitindo por essa via otimizar a comunicação com a estrutura accionista.

Verificou-se igualmente a participação de colaboradores provenientes de diversas áreas em acções de formação de cariz técnico e especializado, das quais se destacam o Sistema de Normalização Contabilística, Novo Código Contributivo, Sistemas de Segurança e Serviços de Emissão de Cartões.

No âmbito da actividade do Banco direccionada para a mediação de seguros, deu-se continuidade à formação certificada de Agentes e Corretores de Seguros aos novos colaboradores com funções directamente envolvidas na actividade de mediação.

Foram ministradas diversas acções de formação, de âmbito comportamental e de desenvolvimento pessoal, direccionadas às necessidades específicas de várias áreas de *front office* do Banco – Análise de Crédito, Clientes (vertentes comercial e de apoio ao cliente) e Recuperação de Activos – com a finalidade de proporcionar aos colaboradores não apenas uma reciclagem de conhecimentos, mas, sobretudo, o desenvolvimento de competências indispensáveis para uma qualidade de serviço superior junto dos clientes e parceiros. Incluem-se nestas acções conteúdos como a gestão do stress, a comunicação escrita, a Programação Neurolinguística, a gestão de reclamações, a negociação na recuperação de crédito e a proactividade na análise de crédito.

A gestão do tempo eficiente foi abordada numa série de acções ministradas de forma transversal a um grupo de quadros técnicos e superiores do Banco, nas quais foi utilizada uma metodologia *blended* que combina o ensino à distância com o presencial.

Seguindo as orientações do accionista, foi assegurada a continuidade da formação de sensibilização aos conceitos de conformidade e deontologia, no âmbito do programa FIDES, a todos os novos

colaboradores no momento da sua admissão, com a finalidade de proporcionar aos mesmos um enquadramento dos métodos e mecanismos em vigor no Banco. Para complementar, a sensibilização sobre boas práticas em matéria de segurança financeira com especial enfoque na prevenção do branqueamento de capitais foi assegurada no final de cada trimestre.

Houve em 2010 um aumento significativo de colaboradores abrangidos pelo programa interno de Valorização Profissional o qual foi implementado com o principal objectivo de proporcionar aos recursos humanos do Banco Credibom a aquisição de novos conhecimentos ao nível do ensino superior (pós-licenciatura), através do financiamento de Mestrados e Pós-Graduações, cujos conteúdos estão directamente relacionados com as funções exercidas no Banco, reforçando por essa via o plano de desenvolvimento individual de pessoas-chave para o Banco.

Avaliação de Desempenho

Em 2010 foi efectuada uma revisão no modelo de avaliação de desempenho de forma a melhorar a sua integração com outros subsistemas de gestão de recursos humanos, nomeadamente, as carreiras e a formação e desenvolvimento.

Fundo de Pensões

A determinação do montante das responsabilidades por serviços passados de colaboradores do Banco é efectuada em conformidade com o estabelecido no IAS 19.

Os activos relacionados com o Fundo de Pensões encontram-se no Fundo de Pensões aberto Multireforma, sendo gerido pela ESAF – Espírito Santo Fundo Pensões, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2010, os Pensionistas, Colaboradores no Activo e ex-colaboradores com direitos adquiridos, beneficiários de planos de pensões financiados pelos fundos de pensões, são em número de:

	31-12-2010
Pensionistas por reforma	16
Colaboradores no activo	376
Ex-colaboradores com direitos adquiridos	55

Em 31 de Dezembro de 2010, a situação patrimonial do fundo de pensões é como segue:

Situação patrimonial do fundo de pensões	31-12-2010
Situação inicial	25.238
Rendimento do fundo de pensões	1.407
Pensões pagas	(266)
Desvio actuarial	(1.448)
Contribuições do Banco e dos empregados	19.100
Situação final a 31.12.2010	44.031

Valores em milhares de euros

O detalhe da situação patrimonial do Fundo de Pensões e das responsabilidades com pensões encontra-se descrito na Nota 23 do anexo às Demonstrações Financeiras.

GESTÃO DE RISCO

A gestão de risco do Banco Credibom é efectuada em quatro vertentes: risco de crédito, risco de parceiros, recuperação de crédito e risco operacional.

Risco de Crédito

A função de gestão e controlo do risco de crédito de retalho obedece aos seguintes princípios:

- Desenvolver e implementar modelos de apoio à decisão de crédito, de modo a assegurar a sua fluidez e coerência.
- Assegurar o controlo do risco de crédito, mantendo-o dentro dos parâmetros estabelecidos como óptimos.
- Implementar os pressupostos definidos pelas entidades reguladoras para efeitos de adequação de capitais próprios.
- Analisar procedimentos susceptíveis de gerar risco de crédito e implementar medidas de controlo com vista à minimização do mesmo.

O processo de decisão de crédito é efectuado com base em modelos de risco empíricos, tendo como objectivo maximizar a produção e, simultaneamente, minimizar o risco correspondente. O seu controlo e seguimento são efectuados periodicamente, sendo tomadas todas as acções correctivas necessárias quando tal se afigura necessário.

Refira-se que, quer a implementação, quer o controlo destes modelos, se verificam em sistemas informáticos adquiridos ou desenvolvidos internamente para o efeito.

Para o efeito de decisão de crédito estão definidos níveis hierárquicos de autorização para as correspondentes operações. Também estes limites estão implementados em sistema. Quaisquer excepções às regras deverão ser analisadas de acordo com os procedimentos existentes no regulamento de crédito em vigor.

O controlo do risco da carteira de crédito é efectuado através da monitorização de indicadores específicos. Estes indicadores são apresentados e discutidos em comités de análise de risco, sendo as respectivas conclusões tomadas de acordo com a circunstância.

Em termos operacionais os procedimentos da recuperação de crédito dividem-se em duas fases principais:

- **Amigável** – na qual são procuradas soluções adaptadas à situação actual do cliente de forma a favorecer o seu regresso ao circuito comercial;
- **Contencioso** – na qual depois de esgotadas todas as tentativas de recuperação amigável se passa à fase de recuperação coerciva com recurso ao processo de acção executiva.

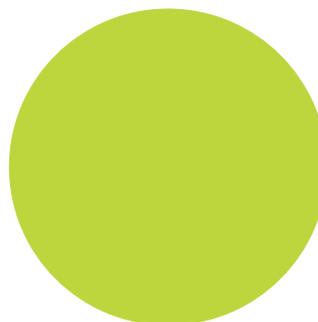
Para efeitos de gestão de risco de parceiros os procedimentos adoptados são muito semelhantes aos do risco de retalho, numa vertente ligada ao controlo específico da actuação de parceiros do Banco Credibom. Esta função obedece aos seguintes princípios:

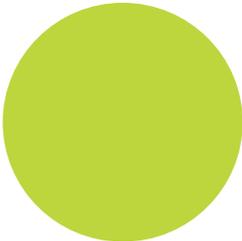
- Assegurar o controlo específico do risco de cada um dos parceiros do Banco Credibom (negócio Auto e Lar) dentro dos parâmetros estabelecidos como óptimos e *compliance*;
- Monitorizar eficazmente os riscos do parceiro e implementar medidas de controlo visando a minimização desse risco;
- Definir normas e procedimentos de gestão do crédito concedido aos parceiros em consonância com a estratégia global de risco do Banco Credibom;
- Definir normas e procedimentos de aceitação, abertura, manutenção e fecho de parceiros em consonância com a estratégia global do Banco Credibom.

Risco Operacional

O Banco Credibom tem vindo a desenvolver processos específicos com o objectivo de assegurar o cumprimento dos requisitos do Novo Acordo de Capital Basileia II, sendo o desenvolvimento destas actividades coordenado pela área de Risco Operacional da Direcção de Controlo Permanente.

A gestão do risco operacional é suportada por uma estrutura de processos de negócio, baseando-se numa metodologia definida pelo accionista, suportada numa cartografia dos riscos e num processo de colecta de incidentes (que se encontra em curso desde Janeiro de 2005). A quantificação das necessidades de capital interno para cobertura deste tipo de risco foi efectuada até à data com base no método do indicador básico, tendo em Julho de 2008, o Banco Credibom apresentado a sua candidatura à utilização do Método Standard para efeitos de determinação dos requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura do Risco Operacional, nos termos previstos na instrução do Banco de Portugal n.º 11/2007, candidatura essa ainda em processo de apreciação pelo Regulador.



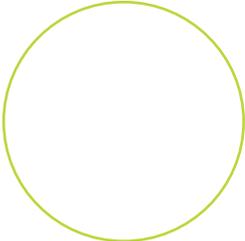


PERSPECTIVAS PARA 2011

Não obstante as dificuldades criadas pela actual conjuntura económica e que se prevê venham a agravar em 2011, designadamente derivado ao agravamento da carga fiscal e à diminuição do rendimento disponível das famílias, o Banco Credibom mantém como objectivo continuar a assegurar em 2011 a posição de destaque que alcançou no mercado português de crédito ao consumo e consequentemente aumentar os níveis de rentabilidade.

A manutenção e aprofundamento das relações com os nossos parceiros de negócio assim como a satisfação das necessidades dos nossos clientes irão continuar a ser uma prioridade em 2011 do Banco Credibom, pelo que iremos continuar a pesquisar novas oportunidades de negócio e a ampliar a nossa oferta de produtos de forma a garantir a sua preferência.

A racionalização de custos e o controlo rigoroso dos riscos operacionais e de crédito manter-se-ão como algumas das vertentes a desenvolver para que o Banco Credibom possa crescer de forma rentável e continuar a merecer a confiança do accionista.



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da sua competência estatutária e em conformidade com a vontade do Accionista, o Conselho de Administração tem a honra de apresentar à Assembleia-geral, a seguinte proposta de aplicação do resultado do exercício, negativo em 27.585.912,12 euros.

Valores em milhares de euros

Para reserva legal	0
Para resultados transitados	(27.585.912,12)
Para distribuição aos accionistas	0
Total	(27.585.912,12)

OUTRAS INFORMAÇÕES

Não se registaram situações cuja natureza se possa enquadrar nas alíneas d), e) e g) do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

NOTA FINAL

Ao concluir o Relatório de Gestão, o Conselho de Administração quer, uma vez mais, manifestar o seu agradecimento às autoridades monetárias e financeiras, pela atitude de diálogo e rigor com que acompanharam a actividade do Banco Credibom.

Um agradecimento, ainda, ao accionista pela franca cooperação prestada e aos nossos clientes pela preferência e fidelidade depositados no Banco, situação que nos honra e que procuraremos não defraudar no futuro.

Gostaríamos de salientar a contribuição, dedicação e o empenho demonstrado por todos os colaboradores, sem os quais o Banco não teria mantido a sua posição de relevância no mercado português.

Lisboa, 2 de Fevereiro de 2011

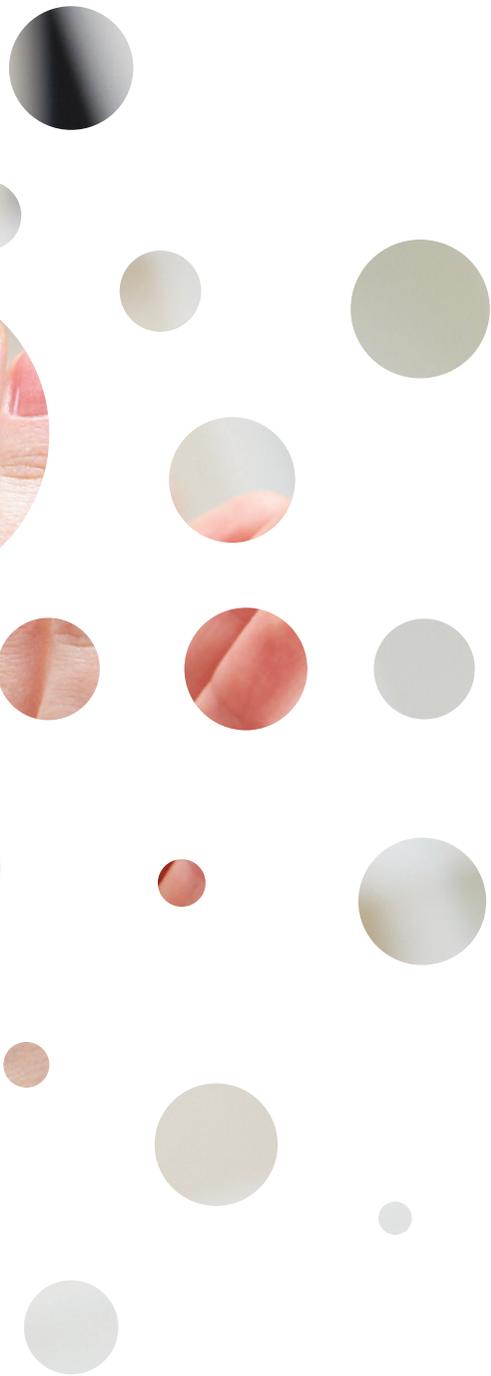
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Demonstrações Financeiras



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

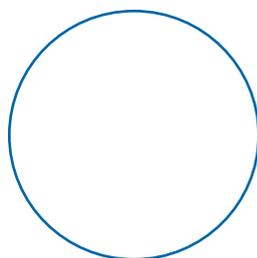
(Valores expressos em Euros)

		31-12-2010		31-12-2009	
	Notas	Activo Bruto	Imparidade e Amortizações	Activo Líquido	Activo Líquido
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	28	1.700	-	1.700	3.700
Disponibilidades em outras instituições de crédito	28	11.006.436	-	11.006.436	3.600.737
Activos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	12	760	-	760	760
Activos financeiros disponíveis para venda		-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito		-	-	-	-
Crédito a clientes	13, 14	1.371.379.528	141.154.972	1.230.224.556	1.175.331.253
Investimentos detidos até à maturidade		-	-	-	-
Activos com acordo de recompra		-	-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Activos não concorrentes detidos para venda		-	-	-	-
Propriedades de investimento		-	-	-	-
Outros activos tangíveis	15	9.434.294	5.935.111	3.499.183	3.601.577
Diferença consolidação positiva (<i>Goodwill</i>)	16	52.205.335	30.949.605	21.255.730	47.849.247
Activos intangíveis	16	25.708.326	20.945.020	4.763.306	5.809.811
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-
Activos por impostos correntes	11, 17	-	-	-	1.265.878
Activos por impostos diferidos	11, 17	4.679.102	-	4.679.102	4.763.577
Outros activos	18, 23	19.266.841	656.494	18.610.347	17.176.187
Total de Activo		1.493.682.322	199.641.202	1.294.041.120	1.259.402.725
Passivo					
Recursos de bancos centrais				-	-
Passivos financeiros detidos para negociação				-	-
Outros passivos financeiros ao ajusto valor através de resultados				-	-
Recursos de outras instituições de crédito	19			1.072.485.143	1.004.132.104
Recursos de clientes e outros empréstimos				-	-
Responsabilidades representadas por títulos				-	-
Passivos financeiros associados e activos transferidos				-	-
Derivados de cobertura				-	-
Passivos não correntes detidos para venda				-	-
Provisões	14			24.744.915	16.703.724
Passivos por impostos correntes	11			2.211.512	-
Passivos por impostos diferidos	11, 17			-	643.571
Instrumentos representativos de capital				-	-
Outros passivos subordinados	20			27.186.338	27.153.521
Outros passivos	18, 23			39.090.682	51.216.405
Total de Passivo				1.165.718.590	1.099.849.325
Capital Próprio					
Capital	24			124.000.000	124.000.000
Prémios de emissão				-	-
Outros instrumentos de capital				-	-
Acções próprias				-	-
Reservas de reavaliação				-	-
Outras reservas e resultados transitados	25			31.908.442	42.567.848
Resultado do exercício				(27.585.912)	(7.014.447)
Dividendos antecipados				-	-
Total do Capital Próprio				128.322.530	159.553.401
Total de Passivo e Capital Próprio				1.294.041.120	1.259.402.725

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em Euros)

	Notas	31-12-2010	31-12-2009
Juros e rendimentos similares	6	127.971.515	124.772.922
Juros e encargos similares	6	(52.997.509)	(59.218.958)
Margem financeira		74.974.006	65.553.964
Rendimentos de instrumentos de capital		12	2.762
Rendimentos de serviços e comissões	7	15.093.911	15.474.437
Encargos com serviços e comissões	7	(2.387.296)	(2.142.726)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		-	-
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		-	-
Resultados de reavaliação cambial		5	(145)
Resultados de alienação de outros activos		-	-
Outros resultados de exploração	8	8.999.182	11.725.012
Produto bancário		96.679.820	90.613.304
Custos com pessoal	9, 23	(20.823.503)	(18.246.294)
Gastos gerais administrativos	10	(26.895.783)	(27.878.818)
Amortizações do exercício	15, 16	(2.166.105)	(2.155.741)
Provisões líquidas de reposições e anulações	14	(8.020.879)	(507.541)
Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	14	(37.505.772)	(45.119.394)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		-	-
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		(26.669.728)	(4.936.371)
Resultado antes de impostos		(25.401.951)	(8.230.855)
Correntes	11	(2.743.059)	(118.430)
Diferidos	11	559.097	1.334.838
Resultado Líquido do exercício		(27.585.912)	(7.014.447)



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
 (Valores expressos em Euros)

	Notas	2010	2009
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		127.971.515	124.772.922
Juros e custos pagos		(40.608.075)	(46.250.827)
Serviços e comissões recebidas		15.093.911	15.474.437
Serviços e comissões pagas		(14.776.730)	(15.110.857)
Recuperação de créditos previamente abatidos		8.883.758	8.524.794
Pagamentos de caixa a empregados e a fornecedores		(63.759.073)	(43.658.294)
Outros fluxos operacionais		115.424	3.200.218
		32.920.730	46.952.393
Variação nos activos operacionais:			
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-
Crédito a clientes		(92.778.995)	(77.593.532)
Outros activos operacionais		(876.221)	3.716.160
Variação nos passivos operacionais:			
Recursos de instituições de crédito		69.202.283	(29.146.231)
Outros passivos operacionais		1.318.325	1.517.126
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		(23.134.608)	(101.506.477)
Impostos sobre os lucros pagos		1.256.015	(878.054)
		11.042.137	(55.432.138)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Compra de imobilizações		(1.017.454)	(1.640.214)
Venda de imobilizações		-	-
		(1.017.454)	(1.640.214)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Aumento de capital		-	55.000.000
Dividendos de acções ordinárias pagas		(2.620.984)	-
Fluxos de caixa líquidos de actividades de financiamento		(2.620.984)	55.000.000
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		-	160
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		7.403.699	(2.072.192)
Caixa e equivalentes no início do período	28	3.604.437	5.676.629
Caixa e equivalentes no fim do período	28	11.008.136	3.604.437
		7.403.699	(2.072.192)

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

(Valores expressos em Euros)

	Capital Social	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado líquido	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	69.000.000	9.772.292	30.698.308	3.121.222	112.591.823
Transferência para resultados transitados	-	-	2.809.100	(2.809.100)	-
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-
Transferência para reserva legal	-	312.122	-	(312.122)	-
Aumento de capital	55.000.000	-	-	-	55.000.000
Rendimento Integral					
Resultado líquido do exercício 2009	-	-	-	(7.014.447)	(7.014.447)
Outro Rendimento Integral					
Amortização de diferença em responsabilidade com pensões (Transição IFRS)	-	-	(1.023.975)	-	(1.023.975)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	124.000.000	10.084.414	32.483.433	(7.014.447)	159.553.400
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	-
Distribuição de Dividendos	-	-	(9.635.430)	7.014.447	(2.620.983)
Transferência para reserva legal	-	-	-	-	-
Aumento de capital	-	-	-	-	-
Rendimento Integral					
Resultado líquido do exercício 2010	-	-	-	(27.585.912)	(27.585.912)
Outro Rendimento Integral					
Amortização de diferença em responsabilidade com pensões (Transição IFRS)	-	-	(1.023.975)	-	(1.023.975)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	124.000.000	10.084.414	21.824.028	(27.585.912)	128.322.530

DEMONSTRAÇÃO DE RENDIMENTO INTEGRAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

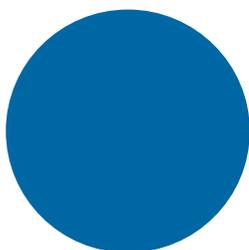
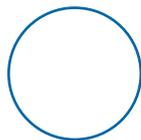
(Valores expressos em Euros)

	Notas	2010	2009
Resultado líquido do exercício		(27.585.912)	(7.014.447)
Outro Rendimento Integral			
Amortização de diferença em responsabilidade com pensões (Transição IFRS)	23	(1.023.975)	(1.023.975)
Rendimento integral do exercício		(28.609.887)	(8.038.422)



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





INTRODUÇÃO

O Banco Credibom, SA (adiante designado por Credibom ou Banco), foi constituído em 3 de Novembro de 1995 como CREDIBOM - Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, SA, a qual foi transformada em Instituição Financeira de Crédito no início de 2004.

Em Setembro de 2007 foi obtida a autorização necessária do Banco de Portugal para a transformação da Credibom - Instituição Financeira de Crédito, SA em Banco Credibom, S.A. Em 17 de Outubro desse ano foi efectuado o registo da escritura de transformação na Conservatória do Registo Comercial, pelo que a partir dessa data a instituição financeira começou a laborar como Banco. O Banco tem como principal objecto as actividades permitidas por lei aos bancos.

Desde a data da sua constituição, o Banco vem operando a partir da sua sede social, inicialmente em Lisboa e, desde 1998, na Av. General Norton de Matos, nº 71 - 3º - 1495 - 148 Algés. O início efectivo da actividade creditícia ocorreu em Janeiro de 1996.

Por escritura de 13 de Janeiro de 2006, o Banco procedeu à fusão por incorporação da Crédilar – Instituição Financeira de Crédito, SA (Crédilar), a qual teve efeitos a partir de 1 de Julho de 2005 data em que o Credibom assumiu o controlo desta Sociedade.

O Banco integra o Grupo Crédit Agricole, SA, e tem como único accionista a CACF – Crédit Agricole Consumer Finance e, conseqüentemente, as suas operações e transacções são influenciadas pelas decisões do Grupo.

NOTA 1 BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E COMPARABILIDADE

As demonstrações financeiras do Banco relativamente a 31 de Dezembro de 2010 foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respectivo suporte documental, mantidos de acordo com as disposições emitidas pelo Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, tendo sido aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 02 de Fevereiro de 2011.

No exercício de 2006, no âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do

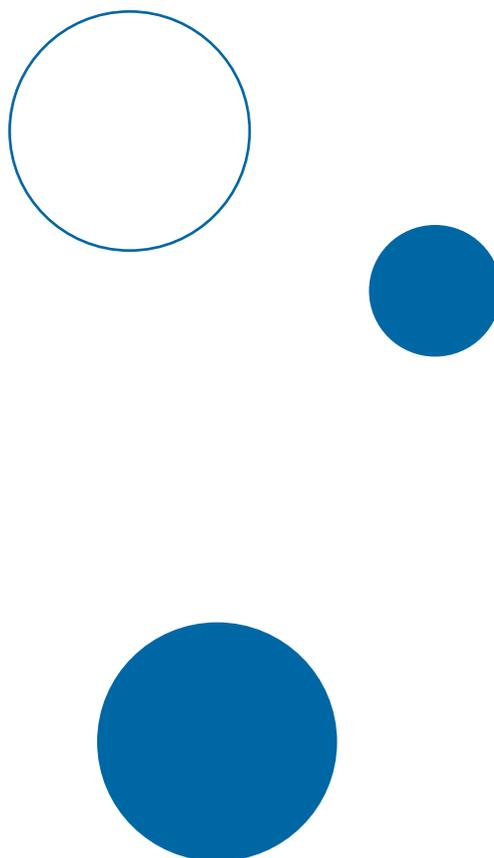
Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005 de 21 de Fevereiro, as demonstrações financeiras do Banco passaram a ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, tais como:

- A carteira de crédito e garantias está sujeita à constituição de provisões para riscos específicos e riscos gerais de crédito, nos termos do aviso do banco de portugal nº 3/2005, de 21 de fevereiro e a valorimetria desta componente deverá ser efectuada de acordo com o disposto no aviso nº 1/2005;
- O impacto ao nível das responsabilidades por pensões de reforma, resultante da aplicação do ias 19 com referência a 31 de dezembro de 2005 poderá ser reconhecido em resultados transitados, através de um plano de prestações uniformes por um prazo de 5 anos, com excepção da parte relativa a responsabilidades por cuidados médicos pós-emprego e alteração dos pressupostos relativos à tábua de mortalidade, para as quais o prazo se estende até aos 7 anos, conforme definido nos avisos do banco de portugal nº 4/2005 e nº 12/2005, de 21 de fevereiro e 22 de dezembro, respectivamente. Adicionalmente, o aviso do banco de portugal nº 7/2008, de 14 de outubro, veio permitir que o reconhecimento, em resultados transitados, do impacto que a 30 de junho de 2008 ainda se encontre por reconhecer, ao abrigo do plano de amortização acima, pode ser atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes com a duração adicional de três anos face à duração ali prevista; e
- Os activos tangíveis são mantidos ao custo de aquisição, salvo quando se verificarem reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais valias daí resultantes serão incorporadas em sub-rubrica apropriada da conta “reservas legais de reavaliação”.

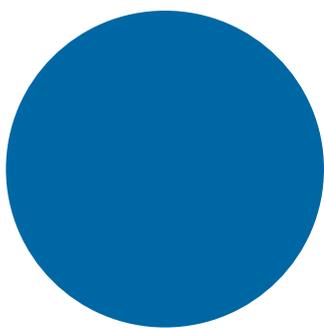
Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

Até 31 de Dezembro de 2005, as demonstrações financeiras individuais do Credibom foram preparadas e apresentadas de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB) estabelecido pelo Banco de Portugal através da Instrução nº 4/96, de 17 de Junho. O Credibom apresentou em 2006, pela primeira vez, as demonstrações financeiras de acordo com os princípios de reconhecimento e mensuração definidos nas Normas de Contabilidade Ajustadas.





NOTA 2 PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS



As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

2.1 Activos financeiros

Os activos financeiros são reconhecidos pelo Banco na data de negociação ou contratação. Nos casos em que por imposição contratual ou legal/regulamentar os direitos e obrigações subjacentes se transferem em datas diferentes, será utilizada a última data relevante.

O Credibom classifica os seus activos financeiros nas seguintes categorias: activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados, empréstimos e contas a receber e activos financeiros disponíveis para venda. A gestão determina a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial.

Para efeitos de interpretação, o justo valor é o montante pelo qual um activo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e com igual interesse em efectuar a transacção. Na data de transacção ou negociação de uma operação, o justo valor é geralmente o valor pelo qual foi efectuada a transacção.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, o justo valor de activos financeiros é determinado com base em:

- Preços de um mercado activo; e
- Tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (“discounted cash flows”) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Para os casos em que não é possível calcular com fiabilidade o justo valor, nomeadamente instrumentos de capital ou instrumentos financeiros derivados sobre instrumentos de capital, o registo é efectuado ao custo de aquisição.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa

ou quando o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

2.1.1 Activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui os activos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros designados na opção de justo valor. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se o principal objectivo associado à sua aquisição for a venda no curto prazo ou se for designado na opção de justo valor pela Administração, respectivamente.

Apenas podem ser designados na opção de justo valor os activos financeiros que cumpram os seguintes requisitos:

- Eliminam ou reduzam significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento;
- Um grupo de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos é gerido e o seu desempenho avaliado numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia documentada de gestão do risco ou de investimento, e a informação sobre o grupo é fornecida internamente aos colaboradores chave da gestão da entidade nessa base; ou
- Se um contrato contiver um ou mais derivados embutidos, que segundo o IAS 39 têm de ser bifurcados.

Os instrumentos financeiros derivados também são classificados nesta categoria como activos financeiros detidos para negociação, excepto quando fazem parte de uma relação de cobertura.

A avaliação destes activos é efectuada diariamente com base no justo valor. O valor de balanço dos instrumentos de dívida que se encontram registados nesta categoria inclui o montante de juros corridos e não cobrados.

Os ganhos e perdas resultantes de variações de justo valor são reconhecidos em resultados.

2.1.2 Crédito e outros valores a receber

O crédito e outros valores a receber compreende todos os activos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor. Este conceito abrange a actividade típica da concessão de crédito a clientes, incluindo créditos tomados (*factoring*) e operações de locação financeira mobiliária e imobiliária, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da actividade do Banco e exclui as operações com instituições de crédito.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente pelo valor nominal e não pode ser reclassificado para as restantes categorias de activos financeiros.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos que sejam considerados incrementais (associados à operação de crédito) são periodificados ao longo da vida das operações de acordo com o método de taxa efectiva, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

O crédito a clientes só é desreconhecido do balanço quando expiram os direitos contratuais do Banco à sua recuperação ou forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

O Credibom classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros corridos que continuem a ser devidos após 15 dias do seu vencimento. Nos créditos em contencioso todas as prestações de capital são consideradas vencidas (vincendas ou vencidas).

O Credibom procede à anulação dos juros vencidos que ao final de 90 dias ainda não tenham sido dados como cobrados. Estes juros voltam a ser reconhecidos como proveitos quando efectivamente cobrados.

O Credibom procede ao abate de créditos ao activo (*write-offs*) de operações que considere irrecuperáveis e cujas provisões estejam constituídas pelo valor total da operação.

As garantias prestadas e compromissos irrevogáveis ou revogáveis são registados nas contas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de comissões, juros ou outros proveitos registados em resultados ao longo da vida das operações.



2.1.3 Classes de instrumentos financeiros (activos financeiros)

O quadro de classes de instrumentos financeiros (activos financeiros) a 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 é como se segue:

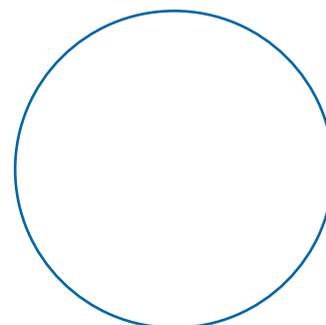
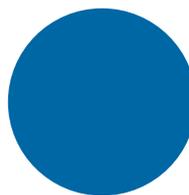
31 de Dezembro de 2010					
	Empréstimos e contas a receber	Activos pelo justo valor por via de resultados	Derivados de cobertura	Disponíveis para venda	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2	-	-	-	2
Disponibilidades em outras inst. de crédito	11.006	-	-	-	11.006
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	1	-	-	1
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-	-
Crédito a clientes	1.371.380	-	-	-	1.371.380
Outros activos	13.791	-	-	-	13.791
Total	1.396.179	1	-	-	1.396.180

31 de Dezembro de 2009					
	Empréstimos e contas a receber	Activos pelo justo valor por via de resultados	Derivados de cobertura	Disponíveis para venda	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	-	-	-	4
Disponibilidades em outras inst. de crédito	3.601	-	-	-	3.601
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	1	-	-	1
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-	-
Crédito a clientes	1.308.730	-	-	-	1.308.730
Outros activos	11.228	-	-	-	11.228
Total	1.323.563	1	-	-	1.323.564

2.2 Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor e incluem os instrumentos financeiros derivados com valor negativo e vendas a descoberto.



Os outros passivos financeiros, essencialmente, incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

2.2.1 Classes de instrumentos financeiros (passivos financeiros)

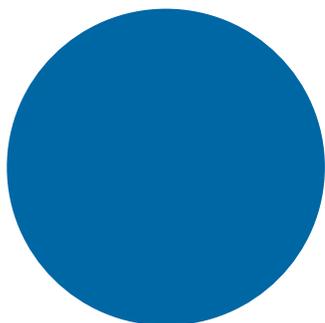
O quadro de classes de instrumentos financeiros (passivos financeiros) a 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 é como se segue:

31 de Dezembro de 2010				
	Passivos pelo justo valor por via de resultados	Derivados de cobertura	Outros passivos financeiros	Total
Recursos de outras instit. de crédito	-	-	1.072.485	1.072.485
Outros passivos subordinados	-	-	27.186	27.186
Outros passivos	-	-	34.268	34.268
Total	-	-	1.133.939	1.133.939

31 de Dezembro de 2009				
	Passivos pelo justo valor por via de resultados	Derivados de cobertura	Outros passivos financeiros	Total
Recursos de outras instit. de crédito	-	-	1.004.132	1.004.132
Outros passivos subordinados	-	-	27.154	27.154
Outros passivos	-	-	27.489	27.489
Total	-	-	1.058.775	1.058.775

2.3 Goodwill

De acordo com o IFRS 3, as diferenças de consolidação negativas – *Goodwill* – correspondentes à diferença entre o custo de aquisição (incluindo despesas) e o justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis das empresas filiais na data de assumpção do respectivo controlo, são registadas como activo e sujeitas a testes de imparidade (nos termos do IFRS 3 e IAS 36 e 39), não sendo permitido o seu abate, imediato ou faseado, aos capitais próprios.



2.4 Reconhecimento de juros

Os resultados decorrentes de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efectiva, são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

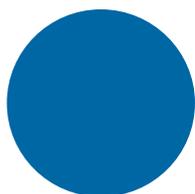
Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam consideradas parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

2.5 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos em geral, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, da seguinte forma:

- Rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- Rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados, são reconhecidos em resultados no período a que se referem; e
- Rendimentos de serviços e comissões que são considerados uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efectiva.





2.6 Activos intangíveis

O Banco regista nesta rubrica essencialmente custos de aquisição de sistemas de tratamento automático de dados, quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que o custo é incorrido.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida esperada, que regra geral corresponde a um período entre 3 a 5 anos (ver Nota 16).

Os encargos com a manutenção de *software* são reconhecidos como custo quando incorridos.

2.7 Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis são activos utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua actividade e encontram-se registados ao custo de aquisição, incluindo despesas que lhes são directamente atribuíveis, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

A amortização é calculada a partir do mês de entrada em funcionamento dos bens, segundo o método das quotas constantes, às taxas previstas na lei fiscal, as quais se consideram razoavelmente representativas da vida útil estimada dos respectivos bens.

As taxas actualmente aplicadas aos outros activos tangíveis, que reflectem a vida útil esperada dos bens, são as seguintes (ver Nota 15):

	Anos de vida útil
Imóveis	50
Mobiliário e material	8
Equipamento informático	3 - 5
Máquinas e ferramentas	4 - 10
Instalações interiores	4 - 10
Material de transporte	4 - 10
Outros	4 - 10

2.8 Locação financeira

A contabilização de um contrato de locação é efectuada de acordo com o tipo de contrato, isto é, se o Banco assume o papel de locador ou locatário.

Como locador:

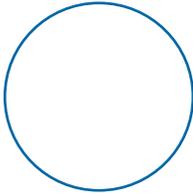
Os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados em proveitos, enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor global do crédito inicialmente concedido. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

Como locatário:

Excepto quanto a uma operação de dação em cumprimento de imóvel com contrato de locação financeira associado, os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo, na rubrica Outros activos tangíveis por contrapartida da rubrica Outros passivos, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. Os outros activos tangíveis são amortizados conforme descrito na Nota 2.7.

As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em custos e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzido à rubrica Outros passivos. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.



2.9 Provisões para crédito e juros vencidos, para créditos de cobrança duvidosa e para riscos gerais de crédito

O Banco constitui provisões para crédito e juros vencidos, para créditos de cobrança duvidosa e para riscos gerais de crédito, de acordo com a actual versão do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal.

(i) Provisão para crédito e juros vencidos

Esta provisão, apresentada no activo como dedução à rubrica Crédito a clientes, destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas, de capital ou juros. Conforme disposto na versão actual do Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, o montante a provisionar é função do período decorrido após o respectivo vencimento e da eventual existência de garantias, excluindo os créditos concedidos ao Sector Público Administrativo.

(ii) Provisão para créditos de cobrança duvidosa

As provisões para créditos de cobrança duvidosa são apresentadas no activo como dedução à rubrica Crédito a clientes e destinam-se a fazer face aos riscos de não cobrança das prestações vincendas relativas a créditos daquela natureza não vencidos. Esta provisão é calculada mediante a aplicação de uma percentagem não inferior a 50% da percentagem média de cobertura por provisões para crédito vencido relativa ao cliente em questão, sobre o capital financiado e não vencido.

(iii) Provisão para riscos gerais de crédito

A provisão para riscos gerais de crédito, cujo valor satisfaz as orientações do Banco de Portugal fixadas no Aviso acima mencionado, é de natureza geral e destinase a fazer face a riscos de crédito não identificados especificamente.

Encontra-se registada no passivo, na rubrica Provisões, e corresponde tendo em conta a sua natureza, a 1% ou a 1,5% do total do crédito não vencido concedido pelo Credibom, incluindo o representado por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga. À base de cálculo desta provisão são deduzidos os créditos concedidos ao Sector Público Administrativo.



2.10 Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Credibom tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

2.11 Benefícios aos empregados

Pensões de reforma

Conforme previsto no Acordo Tripartido celebrado em 9 de Dezembro de 2008 entre o Governo, Associação Portuguesa de Bancos e os três Sindicatos dos bancários, os novos trabalhadores do sector bancário, contratados após 1 de Janeiro de 2009, serão integrados no Regime Geral da Segurança Social (RGSS).

Desta forma, após a publicação do Decreto-Lei nº 54/2009, de 2 de Março, os novos trabalhadores deixam de estar abrangidos pelo plano de pensões de benefício definido do Credibom, que segue o estipulado no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) do Sector Bancário, com algumas excepções, especialmente ao nível do salário pensionável.

Conforme constante no ACTV do Sector Bancário de 2008, publicado no BTE nº 3 de 22 de Janeiro de 2009, estes trabalhadores inscritos no Regime Geral da Segurança Social, serão abrangidos por um plano de contribuição definida, complementar de reforma e com direitos adquiridos. Este Plano será financiado conjuntamente pelas contribuições das Instituições de crédito e dos trabalhadores.

Nestas circunstâncias e para fazer face às responsabilidades, com pensões de reforma e de sobrevivência calculadas de acordo com o ACTV, para com os empregados e respectivas famílias, o Banco aderiu, em 1996, como associada ao Fundo de Pensões GES.

O fundo de pensões é suportado através de contribuições efectuadas, com base nos montantes determinados por cálculos actuariais periódicos. O valor do fundo de pensões corresponde ao justo valor dos seus activos à data de balanço.

O Banco determina anualmente o valor actual das responsabilidades passadas por pensões de reforma através de avaliações efectuadas

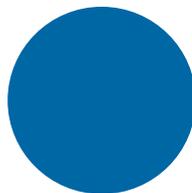
por actuários qualificados e independentes utilizando o método de “Project Unit Credit”. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) utilizados têm por base expectativas à data de balanço para o crescimento dos salários e a tábua de mortalidade que se adequa à população do Banco. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas com baixo risco, de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

Contabilmente, o passivo reconhecido em balanço nos Outros passivos, relativamente aos planos de pensões de benefícios definidos é o valor actual das responsabilidades de benefício definido à data do balanço, menos o justo valor dos activos do plano conjuntamente com ajustamentos de ganhos/perdas actuariais não reconhecidas.

Os ganhos e perdas actuariais apurados anualmente, resultantes das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados, são reconhecidos e imputados a resultados com base no método do corredor. Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais acumulados no início do exercício que excedam 10% do maior de entre o valor presente da obrigação de benefícios definidos e o valor do fundo também reportados ao início do ano, sejam reconhecidos em Despesas com custo diferido e no máximo imputados a resultados durante a média esperada da vida de trabalho dos empregados participantes no plano. O Banco amortiza os ganhos e perdas actuariais fora do corredor, em 10 anos, por contrapartida de resultados.

Os acréscimos de responsabilidades com serviços passados, nomeadamente os decorrentes da passagem de colaboradores à situação de reforma antecipada são reconhecidos como custos em resultados no período em que ocorrem.

Até 30 de Junho de 2008, nos termos do Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005, os desvios actuariais acumulados (positivos) e o acréscimo de responsabilidades resultante da aplicação do IAS 19 em 31 de Dezembro de 2005, foram reconhecidos na rubrica Outros Activos e estão a ser amortizados em resultados transitados de acordo com um plano de amortização de prestações uniformes em 5 anos, com início no exercício de 2006, com excepção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e a alterações de pressupostos relativos à tábua de mortalidade, para a qual esse plano de amortização terá a duração de 7 anos. O referido Aviso determina ainda a obrigatoriedade do financiamento integral



pele fundo das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo, excepto quanto às responsabilidades ainda não amortizadas nos termos acima referidos.

Adicionalmente, tendo por base o Aviso do Banco de Portugal nº 7/2008, o reconhecimento, em resultados transitados, do impacto que em 30 de Junho de 2008 ainda se encontrava por reconhecer ao abrigo do plano de amortização acima referido, irá ser atingido através de um plano de amortização de prestações uniformes com a duração adicional de três anos face à duração ali prevista.

Os Custos com pessoal do Banco incluem os seguintes custos, líquidos dos proveitos, relativos a responsabilidades por pensões de reforma:

- Custo do serviço corrente (custo do ano);
- Custo dos juros da totalidade das responsabilidades;
- Rendimento esperado do fundo de pensões; e
- Amortização de desvios actuariais ou de alterações de pressupostos fora do corredor.

Bónus a empregados

O bónus a empregados atribuído pelo Credibom é contabilizado em resultados no exercício a que respeita.

2.12 Impostos sobre os lucros

O Credibom está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC).

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada que, em 31 de Dezembro de 2010 era de 25%, acrescida da derrama de 1,5%, ou seja, uma taxa nominal global de 26,5% (2009: 26,5%).

O Credibom regista impostos diferidos decorrentes (i) das diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, para efeitos de tributação em sede de IRC e (ii) dos prejuízos fiscais apurados a utilizar em exercícios futuros. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais a utilizar futuramente.

A partir do exercício de 2010 inclusive, os prejuízos fiscais apurados num exercício são dedutíveis aos lucros fiscais dos quatro anos seguintes. Os prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores são dedutíveis aos lucros fiscais dos seis anos seguintes.

2.13 Instrumentos de Capital Próprio

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Todos os custos directamente atribuíveis à emissão de capital são registados por contrapartida de capitais próprios.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando a aprovação para efectuar o seu pagamento é estabelecida.

2.14 Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um grupo de activos e operações criados para providenciar produtos ou serviços, sujeitos a riscos e a benefícios, diferentes dos verificados noutros segmentos.

Um segmento geográfico está associado à oferta de produtos ou serviços num ambiente económico específico, caracterizado por ter riscos e benefícios distintos aos verificados em segmentos que operam em outros ambientes económicos.

2.15 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inicial inferior 3 meses, onde se incluem a caixa, as disponibilidades em bancos centrais, bem como as aplicações em instituições de crédito.

2.16 Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

Na elaboração das demonstrações financeiras o Banco efectuou estimativas e utilizou pressupostos que afectam as quantias relatadas dos activos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos factores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos nomeadamente nas seguintes áreas significativas:

• Provisões para crédito concedido

O Credibom apreciou a sua carteira de crédito no sentido de apurar sobre a necessidade de provisões para crédito adicionais aos limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal, utilizando para o efeito estimativas sobre os fluxos de caixa recuperáveis incluindo os originados pelas eventuais recuperações e realizações de colaterais.

• Impostos sobre lucros

O Credibom reconheceu impostos diferidos activos no pressuposto da existência de matéria colectável futura e tendo por base a legislação fiscal em vigor ou já publicada para aplicação futura. Eventuais alterações futuras na legislação fiscal podem influenciar as quantias expressas nas demonstrações financeiras relativas a impostos diferidos.

• Pensões de reforma e outros

As responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência são estimadas com base em tábuas actuariais e pressupostos de crescimento das pensões e salários (ver Nota 23). Estes pressupostos são baseados nas expectativas do Credibom à data do balanço, para o período durante o qual irão ser liquidadas as responsabilidades.



NOTA 3 GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

3.1 Gestão do risco

O Conselho de Administração do Banco é responsável por definir os objectivos da actividade, princípios e políticas de gestão, bem como as estratégias de risco e assegurar que dispõe de uma estrutura adequada para a sua implementação.

3.2 Risco de crédito

O risco de crédito está associado ao grau de incerteza dos fluxos de caixa futuros, e resulta da incapacidade do cliente, ou contraparte, em cumprir as obrigações contratualmente estabelecidas com o Banco.

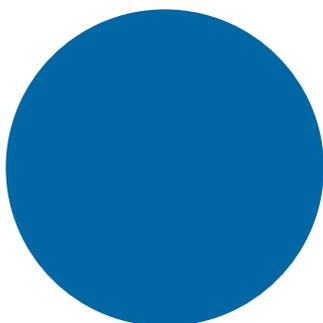
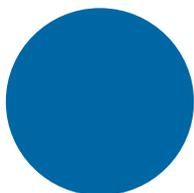
No âmbito do risco de crédito encontram-se em produção grelhas de scoring de aceitação e comportamentais especializadas por tipo de negócio. A gestão destas grelhas é efectuada por uma ferramenta informática específica, acompanhada por uma unidade organizacional vocacionada para o risco de crédito.

Adicionalmente encontram-se parametrizadas informaticamente limitações automáticas na aprovação de crédito, que apenas poderão ser derogadas de acordo com normas claramente definidas. É efectuado um controlo periódico do incumprimento dos novos contratos de crédito, tendo por base períodos distintos da vida do contrato.

No contexto da actividade do Credibom, existe a função de Analista de Crédito, cuja actividade/tarefa é precisamente fazer a avaliação económico-financeira dos dados, sobre clientes e bens, comunicados/ enviados pelos Pontos de Venda e a aceitação ou não da proposta, dentro das suas competências, e segundo as regras estabelecidos e os poderes de autorização atribuídos.

Encontra-se em vigor o Regulamento de Concessão de Crédito, que define o conjunto dos princípios ou regras subjacentes à decisão creditícia, os órgãos de concessão e as suas funções, composição, modo de funcionamento e os respectivos limites de competência.

Todo o crédito concedido é acompanhado através de modelos estatísticos especificamente desenvolvidos, de forma a serem apurados os níveis de incumprimento de crédito, que poderão ter de vir a ser suportados pela empresa garantindo, numa óptica prudencial, a suficiência de fundos para a cobertura destes riscos



Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, a exposição máxima ao risco de crédito é, essencialmente, representada pelo valor do crédito a clientes (ver Nota 13).

O Banco Credibom efectuou testes de esforço à sua carteira de crédito, na qual aplicou as seguintes hipóteses, baseadas no cenário disponibilizado pelo Banco de Portugal:

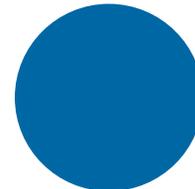
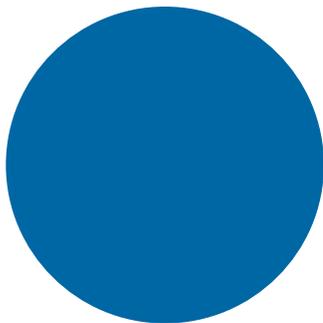
Cenário de testes de esforço			
	2010 (N)	2011 (N+1)	2012 (N+2)
PIB	1.3	-2.4	-2.6
Importações	5.3	-3.7	-1.5
Exportações	9.5	5.1	5.3
IHPC	1.4	3.3	1.8
Taxa de juro a 3 meses (euribor)	0.8	1.4	1.7

Os resultados desse exercício para os anos 2011 e 2012 foram os seguintes:

Informação sobre resultados reais				
Carteira Real do ano 2010	Valor dos activos (EAD)	Activos Ponderados pelo Risco (RWA)	Provisão Genérica	Requisitos mínimos de fundos próprios
Carteira MNI	944.437.483	340.871.333	-	27.269.707
Carteira MP	457.179.604	279.149.366	11.692.193	21.396.574
TOTAL (Carteira MNI + Carteira MP + Risco Operacional*)	1.401.617.087	620.020.699	11.692.193	61.494.548
Carteira Estimada para o ano 2011	Valor dos activos (EAD)	Activos Ponderados pelo Risco (RWA)	Provisão Genérica	Requisitos mínimos de fundos próprios
Carteira MNI	1.005.267.107	362.826.281	-	29.026.102
Carteira MP	485.214.047	297.614.436	12.309.774	22.824.373
TOTAL (Carteira MNI + Carteira MP + Risco Operacional*)	1.490.481.154	660.440.717	12.309.774	65.174.892
Carteira Estimada para o ano 2012	Valor dos activos (EAD)	Activos Ponderados pelo Risco (RWA)	Provisão Genérica	Requisitos mínimos de fundos próprios
Carteira MNI	1.372.485.793	558.090.067	-	44.647.205
Carteira MP	203.826.679	128.699.688	13.020.190	9.254.360
TOTAL (Carteira MNI + Carteira MP + Risco Operacional*)	1.576.312.472	686.789.755	13.020.190	67.921.648
Carteira Estimada para o ano 2013	Valor dos activos (EAD)	Activos Ponderados pelo Risco (RWA)	Provisão Genérica	Requisitos mínimos de fundos próprios
Carteira MNI	1.443.770.724	587.076.461	-	46.966.117
Carteira MP	214.246.364	135.397.917	13.696.440	9.736.118
TOTAL (Carteira MNI + Carteira MP + Risco Operacional*)	1.658.017.088	722.474.378	13.696.440	71.255.820

* montante incluído no total dos Requisitos mínimos de Fundos Próprios

Os testes efectuados permitem concluir que não existe necessidade de reforço de capital de Fundos Próprios com base nos requisitos de capital (Tier 1 + Tier 2) previstos para 2011 e 2012.



3.3 Risco de mercado

O risco de mercado representa a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções.

O Banco está exposto ao risco cambial e ao risco da taxa de juro. Para além destes riscos, o Banco não está exposto a outros riscos de preço, uma vez que não é um *market maker* e não assume posições em dívida emitida, acções, moeda estrangeira e outros títulos, mercadorias ou em instrumentos financeiros equivalentes, nomeadamente, derivados.

3.3.1 Risco cambial

O risco cambial é praticamente nulo, pois excepto quanto ao pagamento em dólares e libras de alguns serviços informáticos, todas as restantes transacções do Banco são negociadas e liquidadas em Euros.

3.3.2 Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro associado a fluxos de caixa corresponde ao risco dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variarem devido a alterações nas taxas de juro de mercado.

Excepto quanto aos empréstimos subordinados que representam 2,49% (2009: 2,67%) do financiamento obtido e às operações de locação financeira que representam 2,28% (2009: 2,34%) do crédito concedido a clientes, as taxas de juro contratadas pelo Banco até à presente data são fixas. Consequentemente, o risco de uma variação nas taxas de juro traduz-se num impacto reduzido em resultados.



3.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de uma instituição de crédito não dispor de fundos necessários para fazer face, em cada momento, às suas obrigações de pagamento.

O Banco apresenta a priori um risco de liquidez reduzido, na medida em que apenas gere a sua carteira de *funding*.

A área ALM/Tesouraria da Direcção Coordenação Financeira e Planeamento é a área responsável pela análise e acompanhamento das necessidades de fundos (gestão da liquidez do Banco) requeridos para a sua actividade e por toda a negociação da contratação de operações para aquisição de dinheiro, naturalmente aprovadas pela Comissão Executiva, mediante a apresentação das várias propostas e respectivas condições (tipo de taxa de juro e seu valor, prazo do empréstimo, condições de amortização e/ou liquidação, etc.). Controla igualmente a totalidade dos recebimentos e pagamentos efectuados em todas as contas do Banco sediadas em Portugal e no estrangeiro.

Mensalmente realiza-se o Comité de ALM, onde é elaborado um relatório para a Comissão Executiva do Credibom que servirá de documento de base à tomada de decisões em matéria de ALM (Asset Liability Management). Na prática, o modelo ALM do Credibom concentra-se sobretudo na protecção contra o risco de taxa de juro, o que equivale à protecção das margens nos contratos de crédito à taxa fixa e à protecção das margens nos contratos de crédito sujeito à revisão.

A análise dos fluxos contratuais futuros dos passivos financeiros é apresentada como segue:

Vencimentos do balanço em 31 de Dezembro de 2010

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Recursos de outras insti. de crédito	63.803	44.500	295.894	676.106	71.368	1.151.671
Outros passivos subordinados	-	211	632	3.368	31.098	35.309
Outros passivos	2.622	2.664	24.924	2.451	-	32.661
Total Passivo	66.425	47.375	321.450	681.925	102.466	1.219.641

Vencimentos do balanço em 31 de Dezembro de 2009

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Recursos de outras insti. de crédito	9.580	147.238	223.356	687.084	40.263	1.107.521
Outros passivos subordinados	9.052	71	216	16.434	3.215	28.988
Outros passivos	7.643	19.846	-	-	-	27.489
Total Passivo	26.275	167.155	223.572	703.518	43.478	1.163.998

3.5 Gestão do capital

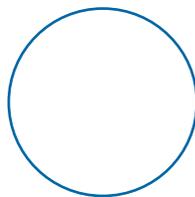
O Credibom gere o seu capital de forma rigorosa, de forma a otimizar a sua alocação e garantir o cumprimento das normas prudenciais.

O acompanhamento da evolução da adequabilidade dos fundos próprios e do respectivo rácio de solvabilidade é efectuado de uma forma regular ao longo do ano, em conjunto com a evolução da actividade e tem em consideração as orientações estratégicas do Conselho de Administração e do Grupo em que o Banco se encontra inserido.

Com o objectivo de manter e garantir os rácios de solvabilidade mínimos exigidos pelo Banco de Portugal, o Banco Credibom, conforme referido na Nota 24, procedeu a três aumentos de capital no montante total de 55.000 milhares de Euros durante o ano de 2009.

Em anexo demonstram-se os níveis de solvabilidade para o ano de 2010 e 2009:

	31-12-2010	31-12-2009
Fundos Próprios de Base Elegíveis	93.241	95.121
Fundos Próprios Complementares	18.532	16.987
Fundos Próprios Elegíveis	111.773	112.108
Total dos Activos	768.682	755.925
Requisitos de Fundos Próprios	61.495	60.474
Fundos Próprios Disponíveis	50.278	51.634
Rácio de Solvabilidade	14,5%	14,8%



NOTA 4 JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

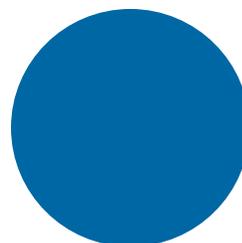
Os activos e passivos que se encontram registados no balanço do Banco ao custo amortizado são:

- Caixa e disponibilidades em bancos centrais – considera-se que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor, considerando os curtos prazos associados a esse instrumento financeiro;
- Disponibilidades em outras instituições de crédito – são constituídas por depósitos à ordem, sendo o justo valor idêntico ao valor por que se encontram registadas, considerando que as taxas aplicáveis a estes activos são taxas de mercado;
- Aplicações em instituições de crédito – são constituídas por depósitos a prazo, sendo o justo valor idêntico ao valor por que se encontram registados, considerando que as taxas aplicáveis a estes activos são taxas de mercado;
- Crédito a clientes – o justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Assim, o justo valor é idêntico ao valor contabilístico, considerando que as taxas aplicáveis são taxas de mercado;
- Recurso de outras instituições de crédito – considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor; e
- Passivos subordinados – o justo valor é idêntico ao valor porque se encontram registados, considerando que as taxas aplicáveis são taxas de mercado.

A 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 não foram identificados activos e passivos financeiros contabilizados ao custo amortizado e cujo valor de balanço difira significativamente do seu justo valor.

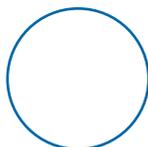
NOTA 5 ELEMENTOS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E DO BALANÇO VENTILADOS POR LINHAS DE NEGÓCIO E POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

A actividade desenvolvida pelo Banco, na segmentação por linhas de negócio, enquadra-se como banca de retalho, onde deverão ser considerados todos os elementos da demonstração de resultados e do balanço. Adicionalmente, dado o Banco não ter Sucursais ou Filiais no estrangeiro, todos os proveitos e custos gerados resultaram de operações realizadas em Portugal.



NOTA 6 MARGEM FINANCEIRA

No quadro que se segue pode ser analisada a decomposição desta rubrica:

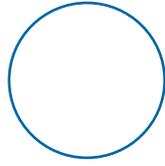


	31-12-2010	31-12-2009
Juros e rendimentos similares		
Juros de disponibilidades em outras instituições de crédito	9	5
Juros de disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro	12	57
Juros de créditos a clientes	115.194	111.401
Outros juros e rendimentos similares	12.757	13.310
	127.972	124.773
Juros e encargos similares		
Juros de recursos de outras instituições de crédito	39.958	45.444
Juros de passivos subordinados	618	735
Juros de credores	32	72
Comissões pagas associadas ao custo amortizado de operações passivas	12.390	12.968
	52.998	59.219
Margem financeira	74.974	65.554

NOTA 7 RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Rendimentos de serviços e comissões		
Comissão bancária - Clientes	3.070	3.009
Comissão bancária - Atraso	8.336	8.254
Comissão bancária - Liquidação antecipada	81	542
Comissão Seguros	3.471	3.669
Comissões - Outras	136	-
	15.094	15.474
Encargos de serviços e comissões		
Operações de crédito	5	8
Outros serviços bancários prestados por terceiros	1.628	1.608
Outras Comissões	754	527
	2.387	2.143



NOTA 8 OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

	31-12-2010	31-12-2009
Outros proveitos de exploração		
Reembolso de despesas	219	680
Recuperação de crédito, juros e despesas	8.884	8.525
Outros	1.274	3.045
	10.377	12.250
Outros custos de exploração		
Outros impostos	65	29
Quotizações e donativos	41	28
Contribuições para o FGD e FGCAM	18	18
Outros	1.254	450
	1.378	525
Outros resultados de exploração	8.999	11.725

NOTA 9 CUSTOS COM PESSOAL

Os custos com pessoal podem ser analisados no quadro que se segue:

	31-12-2010	31-12-2009
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização		
Remuneração mensal	443	421
Remunerações adicionais	6	(6)
Outras remunerações	68	3
Remuneração de empregados		
Remuneração mensal	8.708	8.931
Remunerações adicionais	2.339	2.761
Subsídio de Morte	-	79
Prémio realização objectivos	726	502
Distribuição de resultados	(600)	600
Subsídio de Renda	20	-
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	2.226	2.066
Fundo de pensões (ver Nota 23)	3.390	2.109
Outros encargos sociais obrigatórios	128	273
Outros custos com pessoal		
Indemnização caducidade contrato	3.180	173
Outros custos com pessoal	190	334
	20.824	18.246

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

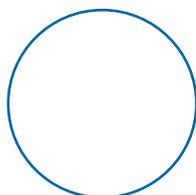
Comparativamente ao período homólogo constata-se uma variação na rubrica Indemnização caducidade contrato, a qual contempla indemnizações liquidadas a colaboradores envolvidos no processo de reestruturação/reorganização do Banco.

O quadro dos trabalhadores ao serviço do Banco em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 encontravase distribuído pelas seguintes grandes categorias profissionais:

	31-12-2010	31-12-2009
Administração	2	2
Direcção	19	19
Quadros técnicos	157	184
Administrativos	203	247
	381	452

No ano 2010, ocorreu uma reestruturação no Banco que originou um despedimento colectivo e a reforma antecipada de 59 (55 colaboradores no regime de Fundo Pensões e 4 colaboradores no regime de Segurança Social) e 7 colaboradores, respectivamente. A totalidade dos custos associados a esta reorganização foi devidamente reconhecida no exercício 2010.

NOTA 10 GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS



A decomposição desta rubrica é a que se segue:

	31-12-2010	31-12-2009
Serviços especializados	17.595	17.590
Comunicações	2.668	3.174
Rendas e alugueres	2.039	2.139
Publicidade e edição de publicações	1.680	2.136
Material de consumo corrente	1.058	717
Água, energia e combustíveis	393	507
Deslocação, estadas e representação	282	375
Formação de pessoal	250	369
Conservação e reparação	147	148
Outros	784	724
	26.896	27.879

Os serviços especializados podem ser analisados como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
Avenças e honorários	6.189	4.836
Judiciais, contencioso e notariado	2.233	4.797
Informática	2.113	2.002
Serviço Cobranças	1.641	1.788
Securitização	1.251	545
Consultoria Informática	898	354
Informações	692	639
Recuperação Viaturas	668	839
Serviços Especializados Consultoria	361	239
Outros	1.549	1.550
	17.595	17.590



NOTA 11 IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

Os lucros apurados pelo Banco são tributados em sede de IRC e correspondente derrama. O pagamento dos impostos sobre lucros é efectuado com base em declarações de autoliquidação que ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos contado a partir do exercício a que respeitam.

Apuramento do Imposto corrente sobre o rendimento	31-12-2010	31-12-2009
Resultado antes de impostos	(25.402)	(8.231)
Variações patrimoniais	2.388	2.388
Provisões para crédito não aceites fiscalmente (valor líquido)	6.593	(623)
Imparidade <i>Goodwill</i>	26.594	4.356
Benefícios fiscais	(468)	(490)
Fundo de Pensões	(870)	2.238
Prejuízo fiscal anos anteriores	(1.871)	-
Outros	916	369
Rendimento tributável	7.880	7
Imposto corrente sobre o rendimento (1)	2.087	2
Despesas tributadas autonomamente	1.251	1.356
Imposto corrente sobre o rendimento (2)	125	136
Reconciliação entre o custo do exercício e o saldo em balanço		
Imposto corrente sobre o rendimento		
Reconhecimento como custo no exercício (1) + (2) (*)	2.212	138
Menos: Pagamentos por conta e especial por conta	-	1.404
Saldo corrente a pagar (receber)	2.212	(1.266)

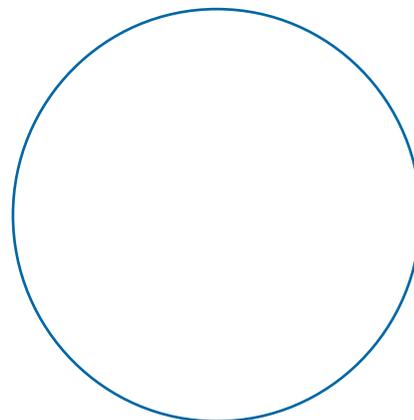
(*) – No ano de 2010, adicionalmente, foram reconhecidos 531 milhares de Euros em custos do exercício (2009: 20 milhares de Euros em proveitos do exercício) relativamente a correcções da estimativa do exercício anterior.

Em 2010, o Banco decidiu voltar a submeter, com alterações, as declarações Modelo 22 dos anos 2007 e 2008. Adicionalmente, foi também revista a estimativa inicial de 2009. Estas alterações originaram o impacto global referido no parágrafo anterior.

Os impostos diferidos activos e passivos são registados quando existe uma diferença temporária ente o valor de um activo ou passivo e a sua base de tributação. O seu valor corresponde ao valor do imposto a recuperar ou pagar em períodos futuros. Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais em vigor para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

A taxa nominal de imposto e a carga fiscal efectivamente verificada nos exercícios de 2010 e 2009 é como se segue:

	31-12-2010	31-12-2009
Imposto corrente:		
Do exercício	2.212	138
De exercícios anteriores	531	(20)
Impostos diferidos:		
Registo e reversão de diferenças temporárias	(559)	(1.335)
Total do imposto registado em resultados (1)	2.184	(1.217)
Resultado antes de impostos (2)	(25.402)	(8.231)
Carga Fiscal ((1)/(2))	-8,6%	14,8%

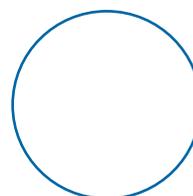


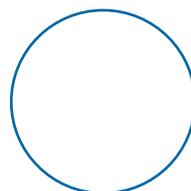
A taxa nominal de imposto corrente decompõe-se como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
IRC	25,00%	25,00%
Derrama	1,50%	1,50%
	26,50%	26,50%

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, o valor dos impostos diferidos activos e passivos registados no balanço é como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
Impostos diferidos		
Activos	4.679	4.764
Passivos	-	(644)
	4.679	4.120
Registados por contrapartida de :		
Resultado do exercício	(559)	(1.335)
	(559)	(1.335)





O movimento ocorrido nos impostos diferidos registados durante o exercício de 2010 e 2009 é como segue:

Descrição	Impostos diferidos				
	Base para imposto		Balanço		Resultado
	01-01-10	31-12-10	01-01-10	31-12-10	31-12-10
Diferimento Comissões do crédito - Credibom	1.940	-	(514)	-	(514)
Diferimento Comissões do crédito - Crédilar	22	-	(6)	-	(6)
Imobilizado incorpóreo	(10)	-	3	-	3
Custos com aumento de capital	(31)	-	8	-	8
Prémios de antiguidade - Credibom e Crédilar	(1.165)	(1.001)	309	265	44
Provisões tributadas	(8.196)	(9.093)	2.172	2.410	(238)
Contribuição para o Fundo de Pensões	(6.233)	-	1.652	-	1.652
<i>Rappel</i>	467	-	(124)	-	(124)
Subsídio de Morte	(480)	-	127	-	127
Plano Médico	-	(11)	-	3	(3)
Imparidade - Crédito a clientes	(1.685)	(7.381)	446	1.956	(1.510)
Imparidade - Activos tangíveis	(102)	(102)	27	27	-
Terreno	(75)	(68)	20	18	2
	(15.548)	(17.656)	4.120	4.679	(559)

Descrição	Impostos diferidos				
	Base para imposto		Balanço		Resultado
	01-01-09	31-12-09	01-01-09	31-12-09	31-12-10
Diferimento Comissões do crédito - Credibom	3.879	1.940	(1.028)	(514)	(514)
Diferimento Comissões do crédito - Crédilar	45	22	(12)	(6)	(6)
Imobilizado incorpóreo	(19)	(10)	5	3	2
Custos com aumento de capital	(64)	(31)	17	8	9
Prémios de antiguidade - Credibom e Crédilar	(1.109)	(1.165)	294	309	(15)
Provisões tributadas	(7.706)	(8.196)	2.042	2.172	(130)
Contribuição para o Fundo de Pensões	(3.102)	(6.233)	822	1.652	(830)
<i>Rappel</i>	936	467	(248)	(124)	(124)
Subsídio de Morte	(509)	(480)	135	127	8
Diferença entre operacional e ICBS	-	(1.685)	-	446	(446)
Imparidade	(2.796)	(102)	741	27	714
Terreno	(64)	(75)	17	20	(3)
	(10.509)	(15.548)	2.785	4.120	(1.335)

NOTA 12 OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR

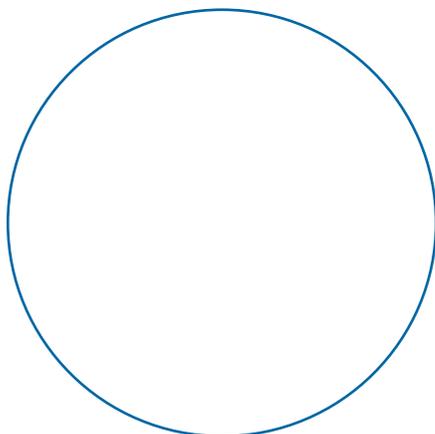
Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico		
Participação no Millenium BCP - Prestação de Serviços, ACE	1	1
	1	1

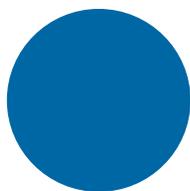
Com a aquisição da Crédilar – Instituição Financeira de Crédito, SA, o Banco passou a deter uma participação no Millennium BCP – Prestação de Serviços, ACE, no valor de 750 Euros.

NOTA 13 CRÉDITO A CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 esta rubrica tem a seguinte composição:



	31-12-2010	31-12-2009
Operações de crédito ao consumo		
Crédito AUTO	778.239	689.488
Crédito MOTO	10.630	9.133
Crédito LAR	234.920	298.392
Crédito <i>Revolving</i>	34.045	34.445
Crédito empregados	1.153	1.426
Crédito stock	7.597	7.392
Crédito pessoal	65.603	35.796
Adiantamento Fundos	2.737	3.527
Contas Correntes Caucionadas	9.750	7.712
Outros	6.435	9.182
Operações de locação financeira		
Locação Financeira	25.263	24.464
Aluguer Financeiro		
Sem caução	2.170	2.059
Com Caução	1.727	1.736
Crédito vincendo sem imparidade	1.180.269	1.124.752
Juros e comissões a receber	4.714	4.551
Despesas com encargo diferido		
Comissões, Rappel e imposto de selo	24.296	24.859
	29.010	29.410
Crédito vencido		
Até 90 dias	3.100	4.422
Mais de 90 dias	155.036	146.122
	158.136	150.544
Juros e despesas vencidos		
Até 90 dias	3.965	4.024
Crédito e juros vencidos	162.101	154.568
Saldo bruto de Crédito a clientes	1.371.380	1.308.730
Provisões		
Provisões para créditos de cobrança duvidosa	(1.502)	(2.969)
Provisões para créditos e juros vencidos	(139.653)	(130.430)
	(141.155)	(133.399)
Valor líquido de Crédito a clientes	1.230.225	1.175.331



O crédito encontra-se provisionado de acordo com as regras de provisionamento definidas no Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal (ver Nota 2.9).

O movimento ocorrido nas provisões nos exercícios de 2010 e 2009 é apresentado na Nota 14 – Provisões e imparidade.

Os juros a receber de adiantamentos efectuados estão incluídos no valor da carteira.

A rubrica de Crédito a Clientes, de acordo com o tipo de garantia, é a seguinte:

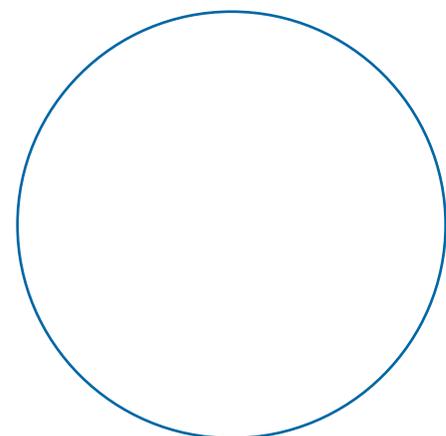
	31-12-2010	31-12-2009
Crédito vincendo:		
Crédito com garantias reais	813.830	724.340
Créditos sem garantias	365.534	392.081
Créditos com garantias pessoais	906	8.331
	1.180.269	1.124.752
Crédito vencido:		
Crédito com garantias reais	60.373	48.124
Créditos sem garantias	97.728	97.768
Créditos com garantias pessoais	34	4.652
	158.136	150.544

O justo valor das garantias dos créditos em carteira é o seguinte:

	31-12-2010	31-12-2009
Garantias reais (ver Nota 21)	932.050	821.536
	932.050	821.536

O Credibom considera e classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros corridos que continuem a ser devidos após 15 dias do seu vencimento. A totalidade dos créditos vencidos encontra-se em imparidade, e desagrega-se por classe de atraso temporal (classes do Banco de Portugal), da seguinte forma:

	31-12-2010	31-12-2009
Até 3 meses	3.100	4.422
De 3 meses até 6 meses	3.304	4.332
De 6 meses até 9 meses	7.430	5.927
De 9 meses até 12 meses	10.647	14.762
De 12 meses até 36 meses	91.953	82.265
Mais de 36 meses	41.702	38.836
	158.136	150.544





As taxas de juro médias por tipo de produto para contratos iniciados durante o ano de 2010 e 2009 podem ser analisadas no quadro que se segue:

	31-12-2010	31-12-2009
Canal Longo	10,16%	10,81%
Auto (dos quais):		
Crédito Auto Novos	6,82%	6,99%
Crédito Auto Usados	9,94%	9,93%
Locação financeira e renting	6,40%	6,47%
Sub-total AUTO	9,16%	9,34%
Lar (do qual):		
Revolving	14,98%	18,75%
Sub-total LAR	12,67%	14,06%
Circuito curto	13,41%	14,16%
Taxa global	10,63%	11,40%

As operações de Locação Financeira, em termos de prazos residuais, são apresentadas da seguinte forma:

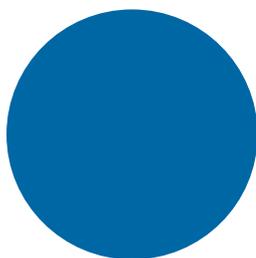
	31-12-2010	31-12-2009
Rendas e valores residuais		
Até 1 ano	855	721
De 1 ano a 5 anos	22.419	23.280
Mais de 5 anos	10.413	8.656
	33.687	32.657
Juros Vincendos	(4.527)	(4.398)
Investimento líquido	29.160	28.259
Capital vincendo		
Até 1 ano	834	700
De 1 ano a 5 anos	19.849	20.538
Mais de 5 anos	8.477	7.021
	29.160	28.259

NOTA 14 PROVISÕES E IMPARIDADE

Os movimentos ocorridos nas provisões e imparidades durante os exercícios de 2010 e de 2009 foram os seguintes:

	Saldo em 31-12-2009	Reforços	Reposições/ Anulações	Utilizações	Saldo em 31-12-2010
Provisões para crédito e juros vencidos	130.430	270.797	(232.195)	(29.379)	139.653
Provisões para créditos de cobrança duvidosa	2.969	12.299	(13.420)	(347)	1.502
Provisões apresentadas no activo	133.399	283.096	(245.615)	(29.726)	141.155
Provisões para Riscos Gerais de Crédito	16.704	10.486	(9.589)	(3)	17.598
Provisões para Outros Riscos	-	7.182	(35)	-	7.147
Provisões apresentadas no passivo	16.704	17.668	(9.624)	(3)	24.745
Total de provisões	150.103	300.764	(255.239)	(29.729)	165.900

	Saldo em 31-12-2008	Reforços	Reposições/ Anulações	Utilizações	Saldo em 31-12-2009
Provisões para crédito e juros vencidos	103.419	245.168	(200.000)	(18.157)	130.430
Provisões para créditos de cobrança duvidosa	3.022	14.744	(14.775)	(22)	2.969
Provisões apresentadas no activo	106.441	259.912	(214.775)	(18.179)	133.399
Provisões para Riscos Gerais de Crédito	16.215	10.190	(9.701)	-	16.704
Provisões para Outros Riscos	165	-	-	(165)	-
Provisões apresentadas no passivo	16.380	10.190	(9.701)	(165)	16.704
Total de provisões	122.821	270.102	(224.476)	(18.344)	150.103



NOTA 15 OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido na rubrica de activos tangíveis registados durante os exercícios de 2010 e de 2009 é como segue:

Saldo em 31-12-2009

	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Amortizações do exercício	Alienações / abates (liq)	Reg.	Transferências	Valor líquido em 31-12-2010
Imóveis em locação financeira	2.500	(330)	-	(37)	-	-	-	2.133
Obras em edifícios arrendados	927	(527)	-	(47)	-	-	-	353
Equipamento:								
Mobiliário e material	1.193	(838)	8	(97)	-	-	-	266
Máquinas e ferramentas	203	(157)	5	(18)	-	-	-	33
Equipamento informático	2.575	(2.475)	351	(135)	-	-	-	316
Instalações interiores	1.416	(923)	-	(119)	-	-	-	374
Equipamento de segurança	112	(84)	-	(11)	-	-	-	17
Outro equipamento	116	(115)	-	-	-	-	-	1
Património artístico	27	(18)	-	(3)	-	-	-	6
	9.069	(5.467)	364	(467)	-	-	-	3.499

Saldo em 31-12-2008

	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Amortizações do exercício	Alienações / abates (liq)	Reg.	Transferências	Valor líquido em 31-12-2009
Imóveis em locação financeira	2.500	(191)	-	(139)	-	-	-	2.170
Obras em edifícios arrendados	860	(485)	-	(42)	-	-	67	400
Equipamento:								
Mobiliário e material	1.191	(737)	2	(101)	-	-	-	355
Máquinas e ferramentas	203	(133)	-	(24)	-	-	-	46
Equipamento informático	2.568	(2.321)	-	(155)	-	-	8	100
Instalações interiores	1.412	(798)	-	(125)	-	-	4	493
Equipamento de segurança	98	(71)	14	(13)	-	-	-	28
Outro equipamento	116	(111)	-	(4)	-	-	-	1
Património artístico	27	(15)	-	(3)	-	-	-	9
Imobilizado em curso	13	-	66	-	-	-	(79)	-
	8.988	(4.862)	82	(606)	-	-	-	3.602



NOTA 16 GOODWILL E ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido no *Goodwill* e nos activos intangíveis registados durante os exercícios de 2010 e de 2009 é como segue:

Saldo em 31-12-2009								
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Amortizações do exercício	Alienações / abates (liq)	Transferências.	Imparidades	Valor líquido em 31-12-2010
<i>Goodwill</i>	52.205	(4.356)	-	-	-	-	(26.594)	21.256
Despesas de constituição	38	(38)	-	-	-	-	-	-
Custos plurianuais	208	(208)	-	-	-	-	-	-
Despesas de invest. e desenv.	479	(479)	-	-	-	-	-	-
Sist. Trat. Aut. Dados	23.751	(18.522)	134	(1.699)	-	1.062	-	4.726
Imobilizado em curso	581	-	518	-	-	(1.062)	-	37
	25.057	(19.247)	652	(1.699)	-	-	-	4.763

Saldo em 31-12-2008								
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Amortizações do exercício	Alienações / abates (liq)	Transferências	Imparidades	Valor líquido em 31-12-2009
<i>Goodwill</i>	52.205	-	-	-	-	-	(4.356)	47.849
Despesas de constituição	38	(38)	-	-	-	-	-	-
Custos plurianuais	208	(208)	-	-	-	-	-	-
Despesas de invest. e desenv.	479	(479)	-	-	-	-	-	-
Sist. Trat. Aut. Dados	22.683	(16.973)	26	(1.549)	-	1.042	-	5.229
Imobilizado em curso	90	-	1.533	-	-	(1.042)	-	581
	23.498	(17.698)	1.559	(1.549)	-	-	-	5.810

A rubrica de *Goodwill* diz respeito à seguinte transacção:

A 30 de Junho de 2005 o Banco adquiriu ao Grupo Millennium BCP, a Crédilar – Instituição Financeira de Crédito, SA, com sede na Rua Gonçalo Sampaio, nº 159, 1º andar, Porto, pelo montante de 65 milhões de Euros. Conforme referido na introdução deste Anexo, por escritura de 13 de Janeiro de 2006 o Banco procedeu à fusão por incorporação da Crédilar – Instituição Financeira de Crédito, SA, a qual teve efeitos a partir de 1 de Julho de 2005, tendo-se apurado um *Goodwill* calculado da seguinte forma (em milhares de euros):

	<i>Goodwill</i>
Valor de aquisição	65.000
Custos de aquisição	420
Capital social da Crédilar em 30 de Junho de 2005	(12.600)
Resultado líquido da Crédilar em 30 de Junho de 2005	(874)
Reconhecimento de ajustamentos do Fundo de Pensões	259
<i>Goodwill</i> apurado	52.205
Perda por imparidade em 2009	(4.356)
<i>Goodwill</i> - Valor líquido em 31 de Dezembro de 2009	47.849
Perda por imparidade em 2010	(26.594)
<i>Goodwill</i> - Valor líquido em 31 de Dezembro de 2010	21.256



De acordo com o IFRS 3, o *Goodwill* gerado em concentrações empresariais é sujeito a testes de imparidade, não sendo permitido o seu abate, imediato ou faseado, aos capitais próprios.

O *Goodwill* foi sujeito ao teste da imparidade em 2008, 2009 e 2010. O resultado do teste efectuado em 2010 foi que a quantia recuperável é inferior à quantia escriturada do activo no montante de 30.9500 milhares de Euros. Desta forma, e de acordo com a IFRS 3, em 2010 foi efectuado um ajustamento ao *Goodwill*, no montante de 26.594 milhares de Euros (2009: 4.356 milhares de Euros).

Os principais projectos que se encontram contabilizados em Activos intangíveis em curso, nos exercícios de 2010 e de 2009, são *software* de suporte a produtos específicos, cujo custo é determinado de modo fiável e os quais irão gerar benefícios económicos futuros.

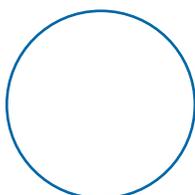
Assim, em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 a rubrica de Activos intangíveis – imobilizado em curso é composta pelos seguintes projectos:

	31-12-2010	31-12-2009
Habber Tec Portugal	37	-
Upgrade DM7	-	543
Projecto B2B	-	38
Imobilizado em curso	37	581

O projecto Habber Tec Portugal corresponde ao desenvolvimento de uma aplicação de controlo orçamental, com o objectivo de gerir o registo dos custos reais e estimados. Este projecto ainda está em curso, sendo a previsão para o seu término no 1º trimestre de 2011.

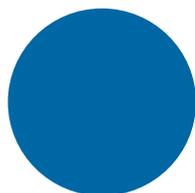
NOTA 17 IMPOSTOS ACTIVOS E PASSIVOS

A origem dos saldos em balanço dos impostos correntes e diferidos, activos e passivos, pode ser vista no quadro que se segue:



	31-12-2010		31-12-2009	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Impostos correntes				
IRC	-	2.212	1.266	-
Impostos diferidos				
Diferimento Comissões do crédito	-	-	-	520
Rappel	-	-	-	124
Imobilizado incorpóreo	-	-	3	-
Custos com aumento de capital	-	-	8	-
Subsídio de Morte	-	-	127	-
Prémios de antiguidade	265	-	309	-
Plano Médico	3	-	-	-
Provisões tributadas	2.410	-	2.172	-
Contribuição para o Fundo de Pensões	-	-	1.652	-
Imparidade	1.956	-	446	-
Imobilizado	27	-	27	-
Outros	18	-	20	-
	4.679	-	4.764	644
Total de impostos em balanço	4.679	2.212	6.030	644

NOTA 18
OUTROS ACTIVOS
E OUTROS PASSIVOS

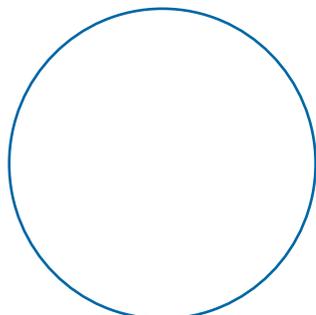


A decomposição da rubrica Outros Activos, encontra-se no quadro que se segue:

	31-12-2010	31-12-2009
Outros Activos		
Devedores e outras aplicações	10.090	8.149
Imóveis	3.430	3.430
Imparidades	(656)	(580)
	12.864	10.999
Rendimentos a receber		
Outros rendimentos a receber	927	229
Despesas com encargo diferido		
Fundo de pensões (ver Nota 23)	3.665	4.689
Outras rendas	22	22
Outras	1.132	1.237
	4.819	5.948
	18.610	17.176

A decomposição da rubrica Outros Passivos, encontra-se no quadro que se segue:

	31-12-2010	31-12-2009
Credores e outros recursos		
Sector Público administrativo	2.673	1.076
Cobranças por conta de terceiros	7	8
Contribuições p/out sistema de saúde	58	70
Credores diversos	4.609	4.834
	7.347	5.988
Fundo de pensões (ver Nota 23)		
Responsabilidades com pensões	32.451	24.894
Valor patrimonial do Fundo	(44.031)	(25.238)
Desvíos actuariais	6.151	10.371
	(5.429)	10.027
Encargos a pagar		
Outros encargos a pagar	14.221	11.730
Receitas com rendimento diferido		
Outras receitas com rendimento diferido	10.252	13.700
Outras contas de regularização		
Outras operações a regularizar	12.700	9.771
	39.091	51.216



NOTA 19 RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO



NOTA 20 OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Na rubrica Credores diversos está reflectido o capital em dívida da locação financeira efectuada em 2003 para aquisição do 2º andar das instalações Algés. No quadro seguinte está detalhado o capital em dívida à data do balanço, de acordo com o respectivo prazo de vencimento:

	31-12-2010	31-12-2009
Até 1 ano	194	203
De 1 a 5 anos	966	1.117
	1.160	1.320

Nesta rubrica também está reflectido o capital em dívida do contrato de locação financeira associado à operação de dação em cumprimento. No quadro seguinte está detalhado o capital em dívida à data do balanço, de acordo com o respectivo prazo de vencimento:

	31-12-2010	31-12-2009
Até 1 ano	194	218
De 1 a 5 anos	108	302
	302	520

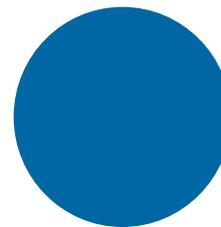
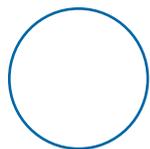
Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Recursos de IC's no País:		
Empréstimos	10.000	24.000
Outros recursos	4.193	6.923
Recursos de IC's no Estrangeiro:		
Empréstimos obtidos (ver Nota 26)	1.049.500	963.568
Juros a Pagar	8.792	9.641
	1.072.485	1.004.132

Os Empréstimos obtidos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 decompõem-se em 66 e 57 linhas de funding, respectivamente, obtidas junto do accionista CACF e do Banco Santander, com as maturidades dos seus cash flows futuros descritas na Nota 3.4. A taxa média ponderada em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 é de 3,55% e de 4,47%, respectivamente.

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Suprimento subordinado nº 1	9.000	9.000
Suprimento subordinado nº 2	-	10.000
Suprimento subordinado nº 3	-	5.100
Suprimento subordinado nº 4	3.000	3.000
Suprimento subordinado nº 5	5.100	-
Suprimento subordinado nº 6	10.000	-
Juros de passivos subordinados	86	54
	27.186	27.154



Suprimento subordinado nº 1

Em 14 de Janeiro de 2005, o Banco emitiu um suprimento perpétuo subordinado no montante de 9 milhões de Euros, por período indeterminado. Os juros vencem-se trimestral e postecipadamente em 14 de Abril, 14 de Julho, 14 de Outubro e 14 de Janeiro de cada ano, sendo calculado por referência à taxa de juro Euribor a 3 meses, acrescidas de um spread de 1,50% ou de 2,25%, para os primeiros cinco anos ou do quinto ao décimo ano, respectivamente. A taxa de juro em vigor a 31 de Dezembro de 2010 é de 3,232% (2009: 2,243%).

Suprimento subordinado nº 2

Em 30 de Junho de 2005, o Banco emitiu um suprimento subordinado no montante de 10 milhões de Euros, por um período de 10 anos. Os juros vencem-se trimestral e postecipadamente em 30 de Setembro, 31 de Dezembro, 31 de Março e 30 de Junho de cada ano, sendo calculado com referência à taxa de juro Euribor a 3 meses, acrescida de um spread de 0,70% ou de 2%, para os primeiros cinco anos ou do quinto ao décimo ano, respectivamente. Em 30 de Setembro de 2010, o Banco procedeu ao reembolso antecipado deste suprimento subordinado.

Suprimento subordinado nº 3

O Banco assumiu um suprimento subordinado, emitido pela Crédilar – Instituição Financeira de Crédito, SA a 13 de Maio de 2005, no montante de 5,1 milhões de Euros, por um período de 10 anos. Os juros vencem-se trimestral e postecipadamente em 10 de Fevereiro, 12 de Maio, 12 de Agosto e 11 de Novembro de cada ano, sendo calculado por referência à taxa de juro Euribor a 3 meses, acrescida de um spread de 2%. Em 13 de Agosto de 2010, o Banco procedeu ao reembolso antecipado deste suprimento subordinado.

Suprimento subordinado nº 4

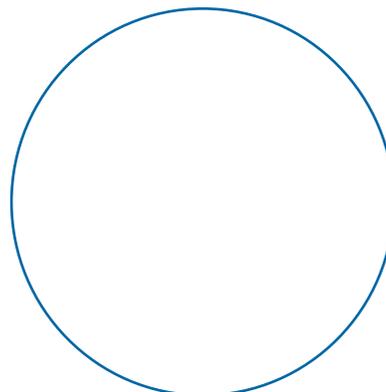
Em 30 de Junho de 2008, o Banco emitiu um suprimento subordinado no montante de 3 milhões de Euros, por um período de 10 anos. Os juros vencem-se trimestral e postecipadamente em 30 de Junho, 30 de Setembro, 31 de Dezembro e 31 de Março de cada ano, sendo calculado com referência à taxa de juro Euribor a 3 meses, acrescida de um spread de 2,125%. A taxa de juro em vigor a 31 de Dezembro de 2010 é de 3,139% (2009: 2,831%).

Suprimento subordinado nº 5

Em 13 de Agosto de 2010, o Banco emitiu um suprimento subordinado no montante de 5,1 milhões de Euros, por um período de 10 anos. Os juros vencem-se trimestral e postecipadamente em 13 de Agosto, 13 de Novembro, 13 de Fevereiro e 13 de Maio de cada ano, sendo calculado com referência à taxa de juro Euribor a 3 meses, acrescida de um spread de 2%. A taxa de juro em vigor a 31 de Dezembro de 2010 é de 3,05%.

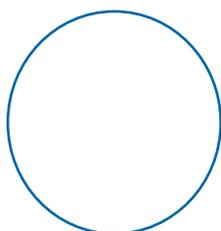
Suprimento subordinado nº 6

Em 30 de Setembro de 2010, o Banco emitiu um suprimento subordinado no montante de 10 milhões de Euros, por um período de 10 anos. Os juros vencem-se trimestral e postecipadamente em 30 de Setembro, 31 de Dezembro, 31 de Março e 30 de Junho de cada ano, sendo calculado com referência à taxa de juro Euribor a 3 meses, acrescida de um spread de 2%. A taxa de juro em vigor a 31 de Dezembro de 2010 é de 3,014%.



NOTA 21 EXTRAPATRIMONIAIS

A situação extrapatrimonial do Banco é resumida na seguinte tabela:



	31-12-2010	31-12-2009
Garantias recebidas		
Garantias reais - activos recebidos em garantia (ver Nota 13)	932.050	821.536
	932.050	821.536
Compromissos perante terceiros		
Linhas de crédito revogáveis	208.193	202.877
Outros compromissos revogáveis	153	290
	208.346	203.167
Compromissos assumidos por terceiros		
Linhas de crédito revogáveis	5.000	5.000
	5.000	5.000
Outras contas extrapatrimoniais		
Créditos abatidos ao activo	153.717	127.332
Juros vencidos abatidos ao activo	35.048	31.389
Rendas vincendas de operações de locação financeira	39.410	37.990
Contas diversas	(1.373.571)	(1.226.414)
	(1.145.396)	(1.029.703)

Os Compromissos perante terceiros decompõem-se em linhas de crédito revogáveis e outros compromissos revogáveis. Nas linhas de crédito revogáveis estão contabilizados os plafonds não utilizados dos clientes associados ao produto *Revolving*. Nos outros compromissos revogáveis estão os plafonds não utilizados dos cartões de crédito dos empregados. A condição de revogável consiste no facto de ser possível o seu cancelamento ou alteração com o acordo expresso de alguma das partes envolvidas.

Os Compromissos assumidos por terceiros detalham-se em linhas de crédito revogáveis, que dizem respeito a um acordo contratual efectuado com a CACF, pelo qual a conta de depósito à ordem pode ter um saldo devedor até ao montante de 5.000 milhares de Euros.

As contas diversas representam, em conformidade com a legislação em vigor, as contrapartidas de todos os restantes movimentos.



NOTA 22 HONORÁRIOS PAGOS AOS AUDITORES

Os custos relativamente aos honorários pagos à Sociedade de Revisores oficiais de Contas a 31 de Dezembro de 2010 encontram-se descritos da seguinte forma:

	31-12-2010	31-12-2009
Revisão Legal de Contas	87	98
Outros Projectos	30	36
Consultoria Fiscal	13	8
	130	142

O valor de Revisão Legal de Contas inclui os serviços no âmbito da emissão da certificação legal das contas, dos relatórios sobre provisões económicas e do sistema de controlo interno.

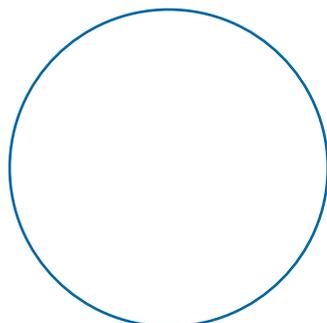
NOTA 23 PENSÕES DE REFORMA, SOBREVIVÊNCIA E OUTROS BENEFÍCIOS

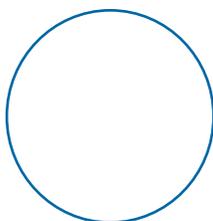
Conforme referido na Nota 2.11 o Banco assumiu responsabilidades pelo pagamento de Pensões de reforma por invalidez ou velhice e pensões de sobrevivência.

A determinação do montante das responsabilidades por serviços passados de colaboradores do Banco é efectuada em conformidade com o estabelecido na IAS 19.

Nestas circunstâncias, o Banco aderiu, em 1996, como associado ao Fundo de Pensões GES. Este Fundo de Pensões aberto é destinado a empresas do Grupo Espírito Santo sendo gerido pela ESAF - Espírito Santo Fundos de Pensões, SA. Em Dezembro de 2007, o Fundo de Pensões Credibom foi transferido para o Fundo de Pensões aberto Multireforma, continuando a ser gerido pela ESAF – Espírito Santo Fundo Pensões, SA.

Os activos inicialmente relacionados com o Fundo de Pensões encontram-se no Fundo de Pensões aberto Multireforma, gerido pela ESAF – Espírito Santo Fundo Pensões, SA.





Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões são:

	Pressupostos		Verificados	
	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009
Hipóteses financeiras				
Taxa de rendimento do Fundo	5,60%	5,60%	-0,15%	11,51%
Taxa de crescimento salarial	2,75%	2,75%	2,84%	2,30%
Taxa técnica de juro	5,25%	5,57%	5,25%	5,57%
Taxa de crescimento das pensões	2,00%	2,00%	1,00%	1,50%
Inflação	2,00%	2,00%	1,40%	-0,90%
Hipóteses demográficas				
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90	-	-
Tábua de invalidez	50% EVK 80	50% EVK 80	-	-
Tábua de turnover	Não utilizada	Não utilizada	-	-
Idade normal da reforma	65 anos	65 anos	-	-
Saída em serviço	Nenhuma	Nenhuma	-	-
Métodos de valorização actuarial Project Unit Credit Method				

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, os pensionistas e colaboradores no activo e ex-colaboradores com direitos adquiridos, beneficiários de planos de pensões financiados pelo fundo de pensões são em número de:

	31-12-2010	31-12-2009
Pensionistas por reforma	16	9
Colaboradores no activo	376	446
Ex-colaboradores com direitos adquiridos	55	-

No ano de 2010, no âmbito do processo de despedimento colectivo ocorrido no Banco, verificou-se a saída de 55 colaboradores activos e a passagem de 7 colaboradores activos à situação de reforma. Dado o compromisso assumido pelo Credibom no processo de negociação destas saídas, é sua intenção garantir a este grupo específico de ex-colaboradores uma pensão de reforma calculada de acordo com as regras do plano de pensões do Banco Credibom. Esta pensão será





apurada, assumindo toda a antiguidade no sector bancário até ao momento da rescisão, incluindo todas as rubricas pensionáveis que o colaborador auferia na data da saída.

A 1 de Janeiro de 2005 o valor total dos desvios actuariais acumulados era positivo e no montante de 388 milhares de Euros. O Banco utilizou a excepção prevista no IFRS 1 e optou por reconhecer todos os desvios actuariais diferidos em balanço por contrapartida de resultados transitados. No entanto, ao abrigo do regime transitório estabelecido pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 4/2005, até 30 de Junho de 2008 o Banco registou o montante total dos desvios actuariais por contrapartida de proveitos diferidos, os quais serão amortizados em resultados transitados de acordo com um plano de amortização de prestações uniformes em 5 anos (com início no exercício de 2006), com excepção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e a alterações de pressupostos relativos à tábua de mortalidade, para a qual esse plano de amortização terá a duração de 7 anos.

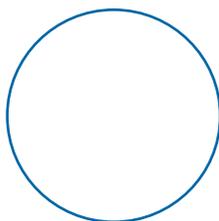
Adicionalmente, tendo por base o Aviso do Banco de Portugal nº 7/2008, o reconhecimento, em resultados transitados, do impacto que em 30 de Junho de 2008 ainda se encontrava por reconhecer ao abrigo do plano de amortização acima referido, irá ser atingido através de um plano de amortização de prestações uniformes com a duração adicional de três anos face à duração ali prevista.

A 31 de Dezembro de 2010 encontra-se registado na rubrica de Outros activos um montante de 3.665 milhares de Euros (2009: 4.689 milhares de Euros) relativos ao ajustamento de transição para as NCA (ver Nota 18). Esta rubrica teve o seguinte movimento no exercício de 2010 e 2009:

	31-12-2010	31-12-2009
Saldo inicial	4.689	5.713
Amortização (resultados transitados) - ver Nota 25	(1.024)	(1.024)
Saldo final	3.665	4.689

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as responsabilidades por serviços passados de colaboradores e a respectiva cobertura do fundo de pensões é como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
Responsabilidades totais por serviços passados		
Responsab. por serviços passados de colaboradores reformados	6.721	3.340
Responsab. por serviços passados de colaboradores no activo	19.340	21.532
Responsab. por serviços passados de Ex-colaboradores com direitos adquiridos	6.390	-
	32.451	24.872
Situação patrimonial do fundo de pensões		
Situação inicial	25.238	22.294
Rendimento esperado do fundo de pensões	1.407	1.244
Pensões pagas	(266)	(170)
Desvio actuarial	(1.448)	1.566
Contribuições do Banco e dos empregados	19.100	304
	44.031	25.238
Excesso de cobertura	11.580	366



O movimento ocorrido durante os exercícios de 2010 e 2009 no valor actual das responsabilidades por serviços passados foi como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
Responsabilidades no início do exercício	24.872	24.891
Custo do serviço corrente	2.154	2.601
Custo dos juros	1.379	1.275
Passagem à reforma colaboradores	1.608	-
Passagem de activos a ex-colaboradores com direitos adquiridos	753	-
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	1.985	(4.196)
Pensões pagas	(266)	(170)
Transferência responsabilidades sub. por morte	-	480
Pagamento de benefícios (SAMS)	-	(9)
Diferença entre a estimativa e o real da contribuição colaboradores	(34)	-
Responsabilidades no fim do exercício	32.451	24.872

Na composição dos activos do fundo de pensões não se encontra nenhum: (i) activo que esteja a ser utilizado pelo Banco; e (ii) título emitido pelo Banco.

O movimento ocorrido nos desvios actuariais durante o exercício de 2010 e de 2009 foi como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
Ganhos e (perdas) actuariais durante o exercício		
Amortização desvios actuariais	(785)	(225)
Taxa de rendibilidade do fundo	(1.448)	1.566
Responsabilidades nas pensões de reforma por invalidez	(1.985)	3.719
Responsabilidades no Plano Médico	(2)	477
Responsabilidades no Subsídio de Morte	-	111
Valor no final do período	(4.220)	5.648
Desvios actuariais em 31 de Dezembro (ver Nota 18)	6.151	10.371

À data de 31 de Dezembro de 2010, os desvios actuariais (6.151 milhares de Euros) ultrapassam o limite definido como corredor. As normas internacionais de contabilidade permitem diferentes abordagens relativamente ao reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, nomeadamente que a amortização dos ganhos e perdas possa ser efectuada de uma forma mais célere que o tempo de serviço futuro médio da população activa (prazo máximo exigível para a amortização), que actualmente se situa em 30 anos.

O Banco decidiu que a amortização dos ganhos e perdas será efectuada num período de 10 anos.

		31-12-2010	31-12-2009
Limites do corredor			
10% total das responsabilidades	B	3.245	2.487
10% do valor do Fundo	B	4.403	2.524
Desvios actuariais	A	6.151	10.371
Valor fora do corredor (Se A>B; B> dos limites)	A-B	1.748	7.847
Valor dentro do corredor		4.403	2.524

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as demonstrações de resultados do Banco registam na rubrica de Custos com pessoal (Nota 9) os seguintes valores relativos a responsabilidades com pensões de reforma:

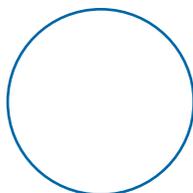
	31-12-2010	31-12-2009
Custo dos serviços correntes	2.154	2.601
Custo dos juros	1.379	1.275
Pasagem à reforma colaboradores	1.608	-
Passagem de activos a ex-colaboradores com direitos adquiridos	753	-
Contribuições dos colaboradores	(312)	(298)
Rendimento esperado do fundo de pensões	(1.407)	(1.244)
Amortização dos (Ganhos) / Perdas	(785)	(225)
Custos com pessoal	3.390	2.109

A simulação de um aumento ou diminuição de 1% no custo dos serviços correntes e nas responsabilidades no final do período a 31 de Dezembro de 2010 decompõem-se como segue:

	Aumento	Diminuição
Custo dos serviços correntes	2.176	2.133
Responsabilidades no final do período	32.776	32.127

O investimento do fundo de pensões do Credibom gerido pela ESAF, decompõe se como segue:

	31-12-2010		31-12-2009	
	Valor	%	Valor	%
Acções	7.012	15,92%	4.328	17,15%
Obrigações	25.236	57,31%	17.376	68,85%
Outros Activos	11.783	26,76%	3.534	14,00%
	44.031		25.238	



O retorno esperado nos activos do plano é determinado considerando o retorno esperado disponível nos activos subjacente à actual política de investimento. Os rendimentos esperados nos investimentos de juros fixos são baseados no rendimento bruto expectável à data de balanço. Os retornos esperados em investimentos de capitais e mobiliários reflectem as taxas de retorno reais de longo prazo obtidas nos respectivos mercados.

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº1-A/2011, de 3 de Janeiro, os trabalhadores bancários, que se encontram no activo, inscritos na Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) e admitidos no sector antes de 3 de Março de 2009, passam, a partir de 01 Janeiro de 2011, a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social (RGSS) para efeitos de protecção nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção, e na velhice.

No sentido desta integração não afectar por um lado os descontos actualmente efectuados pelos empregados bancários para o CAFEB, reduzindo deste modo o seu vencimento líquido, nem imputar às instituições bancárias custos adicionais com a majoração salarial conforme previsto no ponto 5 da Cláusula 92ª do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (ACTV), foi acordado que o montante de contribuições totais ascenda a 26,60%, repartidos entre os actuais 3% dos colaboradores e os restantes 23,60% a cargo das entidades patronais.

Ficou adicionalmente estipulado que transita para a esfera do Estado a protecção das eventualidades de parentalidade e a velhice, bem como a protecção de doença profissional e desemprego, continuando todos os colaboradores abrangidos pelo SAMS e Fundo Pensões para as restantes eventualidades (doença, invalidez e morte). Desta forma o pagamento da pensão de reforma por velhice passará a ser repartido entre o Banco e o Centro Nacional de Pensões, sendo que este impacto irá alterar a forma de cálculo das responsabilidades dos Fundos de Pensões.

Em termos de cálculo de responsabilidades será considerado o proporcional das pensões em cada período, ou seja, até à data de transição manter-se-á a pensão ACT e após esta data considera-se a pensão complementar determinada pela diferença entre a pensão ACT e a pensão da Segurança Social.

Se considerássemos o plano de pensões do Banco Credibom em vigor a 31 de Dezembro de 2010, o Custo Normal estimado para 2011, para os benefícios que são financiados pelo fundo de pensões, diminuiria em 783 milhares de Euros.

Importa no entanto referir que no caso específico do Banco Credibom, e pelo facto do seu benefício ser superior às pensões atribuídas pelo plano ACT, não existem ganhos referentes às responsabilidades por serviços passados.

NOTA 24 CAPITAL

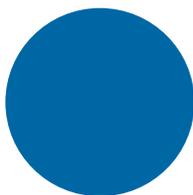
Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 o capital está representado por 24.800.000 acções de valor nominal unitário de 5 Euros, encontrando-se totalmente subscrito e realizado pelo accionista único CACF.

A Assembleia Geral de 19 de Novembro de 2009 deliberou por unanimidade proceder ao aumento de capital, na modalidade de entrada em dinheiro, de 89 milhões de Euros para 124 milhões de Euros, representado por 7.000.000 novas acções, de valor nominal de 5 de Euros cada uma, sem ágio ou prémio de emissão, as quais assumem a natureza de acções nominativas desmaterializadas. A realização do aumento de capital foi realizada na mesma data.

A Assembleia Geral de 24 de Julho de 2009 deliberou por unanimidade proceder ao aumento de capital, na modalidade de entrada em dinheiro, de 79 milhões de Euros para 89 milhões de Euros, representado por 2.000.000 novas acções, de valor nominal de 5 Euros cada uma, sem ágio ou prémio de emissão, as quais assumem a natureza de acções nominativas desmaterializadas. A realização do aumento de capital foi realizada na mesma data.

A Assembleia Geral de 30 de Janeiro de 2009 deliberou por unanimidade proceder ao aumento de capital, na modalidade de entrada em dinheiro, de 69 milhões de Euros para 79 milhões de Euros, representado por 2.000.000 novas acções, de valor nominal de 5 Euros cada uma, sem ágio ou prémio de emissão, as quais assumem a natureza de acções nominativas desmaterializadas. A realização do aumento de capital foi realizada na mesma data.

A Assembleia Geral de 31 de Março de 2008 deliberou por unanimidade proceder ao aumento de capital, na modalidade de entrada em dinheiro, de 58 milhões de Euros para 69 milhões de Euros, representado por 2.200.000 novas acções, de valor nominal de 5 Euros cada uma, sem ágio ou prémio de emissão, as quais assumem a natureza de acções nominativas desmaterializadas. A realização do aumento de capital foi realizada na mesma data.



NOTA 25 RESERVAS

Os saldos das contas de reservas e resultados transitados, decompõem-se como segue:

	31-12-10	31-12-09	01-01-09
Outros instrumentos de capital	(195)	(195)	(195)
Reserva legal	10.279	10.279	9.967
Outras reservas	10.084	10.084	9.772
Resultados transitados	21.824	32.483	30.698
	31.908	42.567	40.470

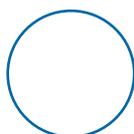
Os movimentos ocorridos nas rubricas de reservas e resultados transitados foram os seguintes:

	31-12-2010	31-12-2009
Outras reservas		
Saldo abertura	10.084	9.772
Transferência de resultados	-	312
Saldo fecho	10.084	10.084
Resultados Transitados		
Saldo abertura	32.483	30.698
Resultado líquido ano anterior	(7.014)	3.121
Transferência para reserva legal	-	(312)
Dividendos liquidados	(2.621)	-
Amortização do dif. de responsabilidades com pensões (ver Nota 23)	(1.024)	(1.024)
	21.824	32.483
Total de outras reservas e resultados transitados	31.908	42.567

Por proposta do Conselho de Administração aprovada na Assembleia Geral de 31 de Março de 2010, o resultado do exercício de 2009 foi aplicado da seguinte forma:

Para reserva legal	-
Para resultados transitados	(7.015)
Resultado do exercício de 2009	(7.015)

Adicionalmente, também por proposta do Conselho de Administração, aprovada na acima referida Assembleia Geral, foi deliberada a distribuição de dividendos ao accionista no montante de 2.621 milhares de Euros.



NOTA 26
TRANSACÇÕES
COM PARTES RELACIONADAS

Resumem-se como segue os saldos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, relativas às transacções verificadas com partes relacionadas:

	Comissão Executiva		CACF	
	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009
Balço				
Activo				
Disponibilidades	-	-	4.877	-
Aplicações	-	-	-	-
Passivo				
Empréstimos	-	-	1.076.600	990.668
Encargos a pagar	-	-	8.878	9.695
Responsabilidades Fundo Pensões	-	734	-	-
Valor do Fundo de Pensões (1)	1.051	744	-	-
Plano Médico (1)	20	17	-	-
Prémio de Antiguidade	58	41	-	-
Subsídio de Morte (1)	24	17	-	-
	1.152	1.553	1.085.478	1.000.363
Demonstração de resultados				
Custos				
Juros e encargos financeiros	-	-	39.727	44.484
Remunerações dos órgãos de gestão	517	476	-	-
Fundo de Pensões (Pag. BES)	-	5	-	-
Fundo de Pensões (1)	32	38	-	-
Plano Médico (1)	1	3	-	-
Prémio de Antiguidade	2	2	-	-
Subsídio de Morte (1)	1	1	-	-
Aluguer de Viaturas	33	38	-	-
Distribuição de Resultados	-	23	-	-
Proveitos				
Juros e rendimentos similares	-	-	(12)	(57)
	584	586	39.715	44.427

(1) No ano de 2010, as responsabilidades referentes ao subsídio de morte e plano médico foram incorporadas no Fundo de Pensões.

NOTA 27
POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO
E REMUNERAÇÕES
ATRIBUÍDAS AOS ÓRGÃOS
DE ADMINISTRAÇÃO
E DE FISCALIZAÇÃO



Política de remuneração
dos órgãos de Administração e de Fiscalização

O Banco Credibom assenta a política de remunerações dos Órgãos de Gestão baseado nas orientações estratégicas do seu accionista único.

Membros não Executivos da Administração

Pelo facto dos membros não executivos do Conselho de Administração não terem responsabilidades na operacionalização das estratégias definidas, não existe sistema de remuneração destes no Credibom.

Membros Executivos da Administração – Comissão Executiva

A remuneração destes membros é composta por uma componente fixa e outra variável, sendo que esta é anualmente liquidada com base em objectivos previamente definidos. Em qualquer dos casos, a decisão das mesmas encontra-se no âmbito do accionista único.

Membros do Conselho Fiscal

À excepção do membro independente que auferir uma remuneração fixa anual, aprovada pela Comissão Executiva no início de cada mandato, os restantes membros do Conselho Fiscal do Credibom não auferem qualquer tipo de remuneração, directa ou indirectamente, pelo exercício das suas funções, sendo remunerados pelas funções exercidas em outras empresas do Grupo.

Política de Remuneração

De modo a dar cumprimento à legislação e em conformidade com as melhores práticas, a Comissão Executiva do Banco Credibom tem preparado um documento com a definição da política de remunerações dos Órgãos de Gestão e Fiscalização, o qual será objecto de análise e aprovação na Assembleia Geral que irá decorrer no próximo mês de Março de 2011.

Remunerações atribuídas
aos órgãos de Administração e de Fiscalização

A remuneração anual fixa e variável agregada dos membros da Comissão Executiva no ano 2010 foi de 476 milhares de Euros e de 130 milhares de Euros, respectivamente, individualizada da seguinte forma:

	Remunerações de 2010	
	Fixa	Variável
Órgão de Administração - Conselho de Administração		
Dr. Philippe André Joie	119	59
Dr. Amir Hossein Djourabtchi	-	-
Eng. Jorge Monreal Fontes	163	21
Dr. João Miguel dos Santos Leandro	179	33
Dr. Lionel Lafon	15	17
Guirral Marie Pierre de Raffin de la Raffinie	-	-
Alexandre Xavier Deshoux	-	-
	476	130
Dr. David Jean Marie Drapeau	-	-
Dr. António José Marques Centúrio Monzelo	11	-
Dra. Cláudia Edith Azerad	-	-
	11	-

NOTA 28 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa inclui as seguintes componentes:

	31-12-2010	31-12-2009
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2	4
Disponibilidades em outras instituições de crédito	11.006	3.601
Total	11.008	3.605

As disponibilidades em outras instituições de crédito, no país, são constituídas por depósitos à ordem remunerados a taxas que, em 31 de Dezembro de 2010, se situam entre 0,118% e 0,373% (2009: 0% e 2,35%)



NOTA 29 PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS

Políticas contabilísticas de reconhecimento dos proveitos e dos custos:

As políticas contabilísticas seguidas pelo Banco de reconhecimento dos proveitos (comissões) são as seguintes:

Comissões mensais - Facturadas aos clientes e reconhecidas em resultados mensalmente de acordo com as informações enviadas pelas seguradoras;

Total das remunerações recebidas, desagregadas por natureza e por tipo:

As remunerações recebidas são em numerário e relativas a comissões.

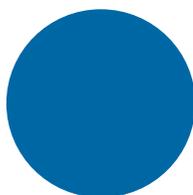
Total das comissões desagregadas por ramos e seguradoras:

Comissões Seguro

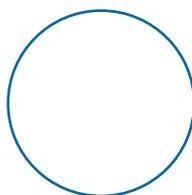
Comissões Seguro	31-12-2010	31-12-2009	
CACI	(3.488)	(3.629)	
Mapfre	(11)	(19)	
Tranquilidade	28	70	
Total	(3.471)	(3.578)	
Seguros Vida / Não Vida			
	Vida	Não Vida	Total
CACI	2.420	1.068	3.488
Mapfre	-	11	11
Tranquilidade	(27)	(1)	(28)
Total	2.393	1.078	3.471

Valores das contas “clientes”:

Não aplicável, pois na sua qualidade de mediador de seguros o Banco não tem poder de cobrança. Os prémios dos seguros são pagos pela sua totalidade pelo Banco, enquanto tomador de seguro, directamente às seguradoras.



NOTA 30 NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS



Saldo de comissões a receber em 31 de Dezembro de 2010:

O valor das Comissões mensais a receber a 31 de Dezembro de 2010 era de 933 milhares de Euros, relativos aos últimos quatro meses do ano.

O saldo referido acima, que se encontra registado na rúbrica de Acréscimo de proveitos diz respeito aos valores reconhecidos em 2010, pendentes de documentação, facturação, mas resultam da melhor estimativa efectuada com base nos contratos em vigor, bem como em informação enviada pelas seguradoras.

Existem novas normas, alterações e interpretações efectuadas a normas existentes, que apesar de já estarem publicadas, a sua aplicação apenas é obrigatória para períodos anuais que se iniciem a partir de 1 de Fevereiro de 2010 ou em data posterior, que o Banco Credibom decidiu não adoptar antecipadamente.

Normas:

- **IAS 32** (alteração), 'Instrumentos financeiros: Apresentação – classificação de direitos emitidos' (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Fevereiro de 2010). Esta alteração refere-se à contabilização de direitos emitidos denominados numa moeda diferente da moeda funcional do emitente. Se os direitos forem emitidos pro-rata aos accionistas por um montante fixo em qualquer moeda, considera-se que se trata de uma transacção com accionistas a classificar em Capitais próprios. Caso contrário, os direitos deverão ser registados como instrumentos derivados passivos. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras do Banco.
- **IFRS 1** (alteração), 'Adopção pela primeira vez das IFRS' (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2010, na União Europeia). Esta alteração permite às entidades que adoptem IFRS pela primeira vez, usufruírem do mesmo regime transitório da IFRS 7 – 'Instrumentos financeiros – Divulgações', o qual permite a isenção na divulgação dos comparativos para a classificação do justo valor pelos três níveis exigidos pela IFRS 7. O Banco aplicará esta alteração nas demonstrações financeiras de 2011.
- **IAS 24** (alteração) 'Partes relacionadas' (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2011). A alteração à norma elimina os requisitos gerais de divulgação de partes relacionadas para as entidades públicas sendo contudo obrigatória a divulgação da relação da Entidade com o Estado e quaisquer transacções significativas que tenham ocorrido com o Estado ou entidades relacionadas com o Estado. Adicionalmente a definição de parte relacionada foi alterada para eliminar inconsistências na identificação e divulgação das partes relacionadas. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras do Banco.
- **IFRS 7** (alteração), 'Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferência de activos financeiros' (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2011). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. Esta alteração à IFRS 7 refere-se às exigências de divulgação a efectuar

relativamente a activos financeiros transferidos para terceiros mas não desreconhecidos no balanço por a entidade manter obrigações associadas ou envolvimento continuado. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras do Banco.

- **IFRS 1** (alteração), 'Adopção pela primeira vez das IFRS' (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2011). Esta alteração vem incluir uma isenção específica para os primeiros adoptantes das IFRS que operavam anteriormente em economias classificadas como hiperinflacionárias. Assim, quando a data de transição para as IFRS corresponde à data ou é posterior à data em que a moeda funcional da Entidade "normalizou", esta pode optar por mensurar todos os activos e passivos detidos à data da normalização ao justo valor, na transição para as IFRS. Outra alteração introduzida refere-se à remoção de datas nas excepções à aplicação retrospectiva da IFRS pela primeira vez. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras do Banco.

- **IAS 12** (alteração), 'Impostos sobre o rendimento' (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2012). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. A alteração à IAS 12 resultou na incorporação da SIC 21 – 'Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de activos não depreciáveis revalorizados' e na excepção ao tratamento contabilístico previsto na SIC 21 para as propriedades de investimento ao justo valor. No caso das propriedades de investimento ao justo valor existe a presunção de que a sua recuperação será sempre pela venda, para efeitos de determinação do impacto fiscal. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras do Banco.

- **IFRS 9** (novo), 'Instrumentos financeiros – classificação e mensuração' (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. A IAS 39 prevê duas categorias de mensuração: o custo amortizado e o justo valor. Todos os instrumentos de capital são mensurados ao justo valor. Um instrumento de dívida é mensurado ao

custo amortizado apenas quando a Entidade o detém para receber os cash-flows contratuais e os cash-flows representam o nominal e juros. Caso contrário os instrumentos de dívida, são valorizados ao justo valor por via de resultados. O Banco aplicará a IFRS 9 no exercício em que a mesma se tornar efectiva.

- **Melhoria anual das normas em 2010**, a aplicar maioritariamente para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2011. Estas melhorias a diversas normas ainda não se encontram adoptadas pela União Europeia. O processo anual de melhoria é uma forma de fazer alterações não urgentes mas necessárias às IFRS e afecta as normas: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 1, IAS 27, IAS 34 e IFRIC 13. Estas melhorias serão aplicadas pelo Banco nos exercícios em que se tornem efectivas.

Interpretações:

- **FRIC 14** (Alteração) 'IAS 19 - Limitação aos activos decorrentes de planos de benefícios definidos e a sua interacção com requisitos de contribuições mínimas' (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2011). Esta alteração clarifica que quando o activo é uma consequência de pré-pagamentos efectuados por conta de contribuições mínimas futuras, o excesso positivo pode ser reconhecido como um activo. O Banco aplicará a IFRIC 14 no exercício em que a mesma se tornar efectiva.

- **IFRIC 19**, 'Regularização de passivos financeiros com instrumentos de capital' (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2010). Esta interpretação clarifica qual o tratamento contabilístico a adoptar quando uma entidade renegoceia os termos de uma dívida que resulta no pagamento do passivo através da emissão de instrumentos de capital próprio (acções) ao credor. Um ganho ou uma perda é reconhecido nos resultados do exercício, tomando por base o justo valor dos instrumentos de capital emitidos e comparando com o valor contabilístico da dívida. A simples reclassificação do valor da dívida para o capital não é permitida. O Banco aplicará a IFRIC 19 quando esta se torne efectiva.

NOTA 31 CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

As contas do Banco são consolidadas nas contas do Crédit Agricole, S.A.. As contas desta Sociedade podem ser obtidas directamente na sua sede, 91/93, Boulevard Pasteur, 75 015 Paris Cedex, em Paris.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



Certificação Legal
de Contas

Relatório e Parecer
do Conselho Fiscal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1

Examinámos as demonstrações financeiras do Banco Credibom, SA (“o Banco”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 1.294.041 milhares de euros e um total de capital próprio de 128.323 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 27.586 milhares de euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor, tal como adoptadas na União Europeia, com as excepções previstas nos Avisos nº1/2005, nº 4/2005 e nº 7/2008 do Banco de Portugal.

Responsabilidades

2

É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4

O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a

avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5

O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6

Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7

Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Credibom, SA em 31 de Dezembro de 2010, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8

É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 15 de Março de 2011

O REVISOR OFICIAL DE CONTAS

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

1

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as Demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração do Banco Credibom, SA relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

2

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade do Banco. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação.

3

Verificámos ainda a eficácia do sistema de controlo interno, do sistema da gestão de risco e do sistema de auditoria interna, donde resultaram os reparos incluídos no Parecer do Conselho Fiscal sobre a adequação e a eficácia do Sistema de Controlo Interno de 30 de Junho de 2010. Vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

4

Acompanhámos igualmente os trabalhos desenvolvidos por PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e apreciamos a Certificação Legal das Contas, em anexo, com a qual concordamos. Tomámos também conhecimento do teor do Memorando sobre aspectos de controlo interno e comentários suplementares decorrentes do exame às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 endereçado por aquela Sociedade ao Conselho de Administração.

5

No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço, a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo, complementados com o teor da Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação

financeira do Banco, do resultado e do rendimento integral das suas operações, das alterações no capital próprio e os fluxos de caixa;

- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;

- iii) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do Banco evidenciando os aspectos mais significativos;

- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

6

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e dos Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de gestão;

- ii) sejam aprovadas as Demonstrações financeiras;

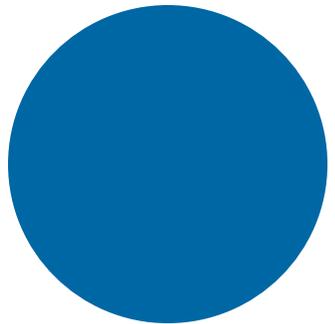
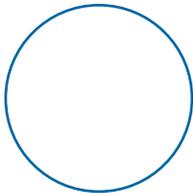
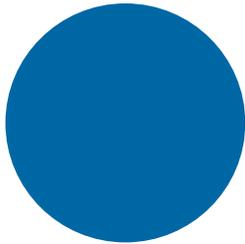
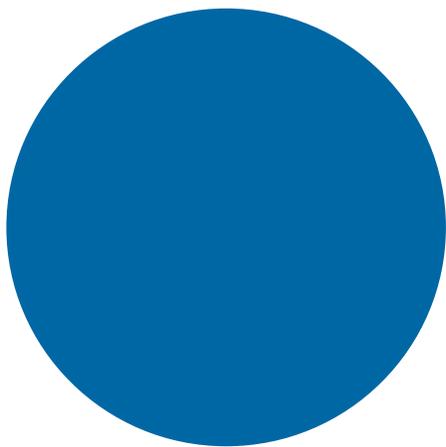
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

7

Finalmente, desejamos expressar os nossos agradecimentos ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores do Banco com quem contactámos, pela valiosa colaboração no desempenho das nossas funções.

Lisboa, 23 de Março de 2011

O CONSELHO FISCAL







Credibom
CRÉDIT AGRICOLE GROUP

Banco Credibom, S.A.
Av. General Norton de Matos, 71 - 3^º
Miraflores - 1495 - 148 Algés
T. 214 138 400 | F. 214 121 310